

# Diário do Legislativo de 17/01/2002

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - 164ª Reunião Especial - Ciclo de Debates "A Educação Que Nós, Surdos, Queremos"

1.2 - Reunião Solene - Encerramento da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 14ª Legislatura

### 2 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ATAS

### ATA DA 164ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 10/12/2001

Presidência da Deputada Elaine Matozinhos e dos Deputados Luiz Tadeu Leite e Rogério Correia

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras da Sra. Presidente - Palavras da Sra. Maria Stella Nascimento - Palavras do Sr. Antônio David de Souza Júnior - Palavras da Sra. Tânia Mafra Guimarães - Palavras do Deputado Luiz Tadeu Leite - Palavras das Sras. Karin Lilian Strobel, Tanya Amara Felipe de Souza, Mariane Stumpf, Heliane Alves Carvalho, Márcia de Oliveira Campolina Chiari Campelo e Rosana Mota - Palavras do Sr. Amauri Valle do Amaral Júnior - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento - Ordem do dia.

### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Mauri Torres - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Anderson Adauto - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Doutor Viana - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Elaine Matozinhos - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - João Leite - João Paulo - Luiz Fernando Faria - Luiz Tadeu Leite - Márcio Kangussu - Maria Olívia - Mauro Lobo - Paulo Piau - Rêmolô Aloise - Rogério Correia.

### Abertura

A Sra. Presidente (Deputada Elaine Matozinhos) - Às 14h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### Ata

- O Deputado Luiz Tadeu Leite, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

### Composição da Mesa

A Sra. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Elias Nahas, Secretário do Trabalho, da Assistência Social, da Criança e do Adolescente; Maria Stella Nascimento, Subsecretária de Desenvolvimento Educacional da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais; Antônio David de Souza Júnior, Secretário Municipal de Educação de Belo Horizonte; Tânia Mafra Guimarães, Diretora de Educação Especial da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, representando o Secretário Murílio Hingel; Karin Lilian Strobel, Pedagoga e Professora, com especialização em Educação de LIBRAS do CRESA do Paraná; Tanya Amara Felipe de Souza, professora do Curso de Formação de Professores de Nazaré da Mata, Pernambuco; Mariane Stumpf, Doutoranda em Informática na Educação de Surdos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Antônio Mário Sousa Duarte, Diretor Presidente da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - FENEIS; Amauri Valle do Amaral Júnior, Coordenador do Setor de Educação da FENEIS; Heliane Alves Carvalho, Professora da Escola Estadual Francisco Sales; Márcia de Oliveira Chiari Campolina Campelo, Supervisora Pedagógica do Instituto Santa Inês; e Elenir Pereira Diniz, Orientadora Educacional da Escola Estadual José Bonifácio.

### Registro de Presença

A Sra. Presidente - A Presidência registra a presença, em Plenário, do Vereador Arnaldo Godoy.

#### Destinação da Reunião

A Sra. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do Ciclo de Debates "A Educação Que Nós, Surdos, Queremos".

#### Execução do Hino Nacional

A Sra. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será interpretado pelos alunos da Escola Municipal Arthur Versiane Veloso: Daniel da Silva Santos, Ademar de Oliveira Júnior, Aline Ferreira e Jussara da Conceição.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

#### Palavras da Sra. Presidente

É motivo de honra e satisfação recebermos hoje, nesta Assembléia Legislativa, especialistas, entidades e representantes de instituições de ensino vinculadas à Comunidade Surda de Minas Gerais e do Brasil.

Esta Presidência, na saudação que dirige a todos os participantes deste ciclo de debates - que conta com o apoio de quase duas dezenas de entidades e escolas de nosso Estado e com representação nacional -, deseja assumir, publicamente, uma parceria cada vez mais estreita e atuante com a população mineira que se expressa, no pensamento e no sentimento, por meio da Língua Brasileira de Sinais - a LIBRAS.

Temos plena convicção de que este ciclo sobre "A Educação Que Nós, Surdos, Queremos", pelo alto nível dos convidados e expositores, indicará ao Poder Legislativo medidas e providências que devem ser adotadas para o aperfeiçoamento das normas atualmente em vigor, sobretudo no processo educacional das pessoas surdas e de sua plena integração na vida social, em todos os seus aspectos.

Com certeza, muitas propostas deste ciclo representarão positiva contribuição para o avanço da legislação específica, sobretudo no reconhecimento ao surdo dos plenos direitos ao exercício da cidadania.

E isso deve ser feito sem nenhum paternalismo, outra forma dissimulada de discriminação.

Hoje, numa sociedade que vive uma fase de profundas transformações, é chegado o tempo de superar, em definitivo, as enormes barreiras que, durante séculos, consideraram a surdez como uma deficiência incapacitante, prejudicando milhares de vidas pelo mundo afora.

Ainda existe muito por fazer. No entanto, cabe reconhecer o trabalho de tantos pioneiros que souberam mostrar ao mundo que o idioma humano é muito mais rico que a sua simples transmissão pela linguagem oral, mesmo porque, como prova, a história da antropologia, a língua materna da humanidade foi e continua sendo, em larga medida, a linguagem dos sinais, a mais viva memória da comunicação humana.

De fato, o pensamento e a emoção se produzem no silêncio do nosso mundo interior; nascem e vivem na mente e no coração, fronteira íntima e inviolável de cada um de nós.

Sua tradução externa, na convivência que enriquece e dá sentido à vida, pode manifestar-se por meio dos milhares de idiomas existentes no mundo. Entre eles, inclui-se a língua dos sinais, empregada pelos surdos - língua completa e com estrutura gramatical independente das línguas orais.

É tempo de conhecer, acatar e respeitar essa diferença, princípio da igualdade!

Seria injusto deixar de citar na abertura deste ciclo de debates o nome deste mineiro de Caeté, Antônio Carlos de Abreu, que se consagrou à causa dos surdos de forma notável, de modo positivo e transformador, com a criação e consolidação da Federação Nacional de Estudo e Integração dos Surdos - a FENEIS. Em apenas 15 anos de existência, essa Federação já se tornou uma referência internacional.

Evidentemente, a história dos surdos brasileiros tem uma tradição na qual estão inscritos os nomes de grandes precursores. Mas queremos, na pessoa de Antônio Abreu, manifestar nosso reconhecimento e nosso aplauso à Comunidade Surda de Minas e do Brasil, em suas conquistas passadas, nas vitórias presentes e nos ideais futuros.

Desejariamos, ainda, propor, na abertura deste ciclo, que a exemplo do Rio Grande do Sul, Minas Gerais seja a sede de um novo seminário estadual de língua de sinais. Desde já, esta Assembléia Legislativa se abre para a co-promoção desse evento.

Queremos encerrar essa saudação com as palavras de Maurício Sá, um jovem surdo mineiro, funcionário da DATAPREV, aprovado este ano, de forma brilhante, em concurso público promovido pela CBTU. São suas palavras: "Sonhar é preciso; lutar é imprescindível".

Nossa Casa quer participar dos mesmos sonhos e deseja ser uma aliada constante das mesmas lutas que animam nossos cidadãos da comunidade surda de Minas Gerais e do Brasil. Muito obrigada.

#### Palavras da Sra. Maria Stella Nascimento

Exma. Deputada Elaine Matozinhos, Exmº Sr. Elias Nahas, Exmº Prof. Antônio David de Souza Júnior, Profª. Tânia Mafra Guimarães, Sra. Karim Lílian Strobel, que veio do Estado do Paraná para estar conosco nesta oportunidade, Profª e Tanya Amara Felipe de Souza, Sra. Mariane Stumpf, Sr. Amauri Valle do Amaral Júnior, Profª Heliane Alves Carvalho, Sra. Elenir Pereira Diniz; Sr. Antônio Mário Sousa Duarte, Sra. Márcia de Oliveira Campolina Chiari Campelo, Deputado Luiz Tadeu Leite, senhoras, senhores, caríssimos professores, alunos que hoje acorrem à Assembléia Legislativa para participar deste seminário, que representa para nós um momento de grande expectativa, em termos da nossa caminhada na busca de uma melhor educação para os surdos-mudos, como bem diz a denominação do encontro: Educação Que Nós, Surdos, Queremos. Em setembro deste ano, foi publicado o Parecer nº 17, do Conselho Nacional de Educação, que trata exatamente da educação daqueles que necessitam de atendimento especial. E, não só daqueles que necessitam de atendimento especial, daqueles que apresentam problemas na expressão oral, na audição, na movimentação, mas de todos aqueles que, por razões outras, não têm condições de acompanhar o ritmo normal do trabalho que se imprime nas escolas. E esse parecer mereceu dos relatores muito daquilo que buscamos aqui hoje e que se traduz na seguinte mensagem: "A organização da educação especial adquire os seus contornos legítimos. O que passou faz parte do processo

de amadurecimento da sociedade brasileira. Agora, é preciso pôr em prática, corajosamente, a compreensão que foi alcançada pela comunidade sobre a importância que deve ser dada a esse segmento da sociedade brasileira. Com a edição desse parecer e das diretrizes que o integram, esse colegiado está oferecendo ao Brasil e aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais um caminho e os meios legais necessários para a superação do grave problema educacional, social e humano que os envolvem. Igualdade de oportunidade e valorização da diversidade no processo educativo e nas relações sociais são direitos dessas crianças, jovens e adultos. Tornar a escola e a sociedade inclusivas é uma tarefa de todos." A Conselheira Sílvia Figueiredo Gouvea, que foi a relatora, assim se pronuncia.

Atentos a essa chamada, nós, da Secretaria da Educação, vimos buscando atender da melhor maneira possível aos nossos alunos, crianças, jovens e adultos que buscam na educação pública o seu atendimento como cidadãos de direito que são. Têm o direito à melhor educação que se pretende para os melhores. Essa é a melhor educação para todos.

Nesta linha, a filosofia vivenciada na atual administração do Secretário Murílio de Avelar Hingel se manifesta na proposta da Escola Sagarana, que pretende a educação para a vida, com dignidade e esperança. Se a educação que oferecemos não responde aos nossos anseios e às nossas expectativas, então estamos frustrando os que a buscam. Por outro lado, nossa escola há de ser uma escola cidadã, que se preocupa com a inclusão de cada um dos seus alunos e com o desenvolvimento da consciência de sua cidadania, para que se tornem cidadãos úteis a si, à sociedade e à Pátria.

E, assim, pensando na reestruturação por que passou a Secretaria da Educação, foi criada uma diretoria para atender especificamente e exclusivamente às escolas especiais. Foi um avanço, sem dúvida nenhuma, porque alunos e professores dessas escolas não tinham, na Secretaria, o órgão central, um referencial direto ao qual pudessem reportar suas reivindicações. À frente dessa diretoria se encontra a Profa. Tânia, que está aqui conosco e vai falar-lhes detalhadamente da política que estamos desenvolvendo.

Temos feito várias reuniões para definir a capacitação dos professores que vão atuar nas escolas que atendem à educação especial. No que se refere às escolas para deficientes auditivos, estamos, em trabalho conjunto com a Prefeitura de Belo Horizonte, capacitando instrutores e professores na Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS -, para que a comunicação se faça cada vez mais fácil e permanente no ambiente de nossas escolas. Pode parecer pouco, mas é um passo. Temos de dar o primeiro e acreditar que conseguiremos perfazer o caminho para atingir o objetivo dos alunos, que é também o nosso. Como educadores, aqui estamos para ouvi-los e responder-lhes as questões sobre educação especial.

Trouxemos a Belo Horizonte todos os Diretores de superintendências regionais de ensino e de escolas de educação especial, bem como os técnicos que trabalham com educação. Ao final do encontro, cujo título foi Educação Inclusiva - Resignificando as Diferenças, produziram um documento que representa o que os educadores da educação especial de Minas Gerais pensam, sentem e pretendem fazer. Vou lê-lo para os senhores: (- Lê:)

"As bases filosóficas, legais e teórico-metodológicas que constam em documentos internacionais, nacionais e estaduais, sobre direitos humanos e educação, particularmente na consideração de que todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos e de que a democracia está calcada na igualdade e na liberdade, repudiando-se todas as formas de exclusão de qualquer indivíduo, por ação ou omissão, consideram que a educação, sendo dever do Estado e da família, tem como finalidade o pleno desenvolvimento do educando, percebido como cidadão, que a aprendizagem só é possível em interação com os outros, cabendo à escola prover atividades cooperativas, rejeitando qualquer forma de segregação, assumindo o desafio de abrir caminhos que nos conduzam à construção de um sistema educacional de qualidade para todos, que esteja voltado para a remoção de todas as barreiras à aprendizagem."

Essa carta é um compromisso que os educadores de Minas Gerais, tendo à frente a Secretaria de Estado da Educação por sua Diretoria de Educação Especial, assumem hoje com todos vocês. Aliás, já assumiram no dia 8 de novembro passado. Temos buscado outras opções e respostas mais rápidas e mais efetivas. O Sr. Murílio Hingel, Secretário de Estado da Educação, deu o seu aceite à proposta de se instalar, em Belo Horizonte, um Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento a Pessoas com Surdez - CAS. Esse centro de treinamento irá capacitar professores e técnicos para o atendimento às pessoas com surdez, integradas ou não no ensino regular, que necessitam da utilização de outros recursos não comuns aos demais alunos para seu desenvolvimento educacional e sociocultural. O CAS deverá compor-se dos seguintes núcleos: um núcleo de capacitação de profissionais da educação mediante formação continuada. Estarão trabalhando a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS -, fazendo tradução de LIBRAS para a língua portuguesa escrita, interpretação da língua de sinais, produzindo textos, avaliando textos e "softwares" para a educação de surdos. Um segundo núcleo de apoio pedagógico terá por objetivo apoiar alunos surdos, professores e comunidade surda. Um núcleo de tecnologias e de adaptação de material didático dará suporte técnico à produção de vídeos didáticos em linguagem de sinais e adaptação de vídeos e complementação didática produzidos para escolas públicas do ensino regular, fundamental, por meio da inserção de janelas para interpretação em linguagem de sinais ou legendas. Finalmente o núcleo de convivência será um espaço interativo planejado para favorecer a convivência, a troca de experiências, a pesquisa e o desenvolvimento de atividades culturais e lúdicas integrando pessoas surdas e ouvintes. Acredito que o que acabo de colocar para vocês representa, sem dúvida nenhuma, um pequeno passo que nos permitirá acelerar nossa caminhada. Hoje trabalhamos com professores, intérpretes e com os alunos que estão sendo incluídos no ensino regular em cumprimento ao que dispõe a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional, o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu art. 54, inciso III, e a Constituição Federal. Esperamos que desse trabalho conjunto, com o apoio aqui manifesto da Assembleia Legislativa de Minas Gerais possamos avançar nessa caminhada. Vamos acreditar na utopia porque nós podemos e haveremos de chegar à melhor educação para todos vocês. Muito obrigada.

Palavras do Sr. Antônio David de Souza Júnior

Boa-tarde a todos. Gostaria de saudar a Deputada Elaine Matozinhos, que preside os trabalhos nesta tarde, representando o Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Deputado Antônio Júlio, na pessoa do qual saúdo também a todos os componentes desta Mesa. Queria saudar os educadores, alunos, membros da comunidade surda de Minas Gerais, que organizaram, participaram e vieram vivenciar conosco este seminário que ora está sendo iniciado.

Muito rapidamente queria abordar alguns aspectos ligados à política para atendimento educacional aos surdos na rede municipal de ensino de Belo Horizonte. A Prefeitura de Belo Horizonte vem implementando diferentes programas de inclusão escolar a partir de experiências inovadoras e da ação pedagógica comprometida com o direito à educação, na perspectiva da diversidade. Os princípios fundamentais da escola plural e as diretrizes da política educacional do município visam a assegurar o acesso, a permanência e o percurso escolar bem-sucedido a todos os educandos, buscando a construção de uma escola qualitativamente capaz de responder aos desafios da heterogeneidade.

O ingresso cada vez mais freqüente de alunos com deficiência nas escolas regulares muito tem contribuído para sua transformação. Trata-se de um fenômeno social, educativo, uma vez que a escola necessita rever práticas, formar competências e construir estratégias de aprendizagem que sejam condizentes com as reais necessidades do alunado. A luta pela plena igualdade de oportunidades e a contínua proliferação de grupos e segmentos excluídos ou marginalizados evidenciaram os limites da educação, ao lidarem com setores que, na maioria das vezes, sempre estiveram à margem da escola pública. A busca da universalização da educação ensejou, deu origem à concepção de escola inclusiva. Essa perspectiva de inclusão escolar implica a revisão e o redimensionamento do modelo educacional, uma vez que há um significativo contingente de cidadãos ainda hoje excluídos do processo educacional.

A conquista da ampliação dos direitos sociais e humanos, a partir do arcabouço jurídico-legal, embora fundamental, por si só, não assegura a

implementação de ações necessárias à construção de uma sociedade melhor, mais justa, mais fraterna e mais igualitária. A rede municipal de ensino de Belo Horizonte tem buscado pautar a sua concepção de educação na ampliação do acesso e permanência de todos na escola, isto é, na educação para todos. O acesso tem sido garantido pelo progressivo aumento da oferta de vagas em todos os níveis e modalidades de ensino. O desafio da permanência com qualidade tem se dado pela qualificação educacional oferecida aos alunos por meio de estratégias que possibilitem escolarização adequada à diversidade de alunos da rede. Há o desafio de construir uma cultura social sobre a escola que veja como positiva a existência da diferença e perceba, na convivência com os diferentes, uma possibilidade de enriquecimento dos indivíduos e da própria sociedade. As noções de solidariedade e de tolerância social somente emergem na convivência com a diferença e tais noções ou valores são fundamentais na construção de uma sociedade democrática.

É nesse sentido que temos procurado construir uma política educacional que possa acolher todos os sujeitos que têm direito à educação. Nesse contexto da inclusão, um dos desafios enfrentados pela rede de ensino de Belo Horizonte é o da escolarização de alunos surdos, que estão inseridos no sistema escolar em diferentes condições. Isso assegura o direito à escolarização, mas, por outro lado, traz a necessidade freqüente de revisão e aprimoramento contínuo, cotidiano das experiências com atendimento ao aluno surdo, na rede de ensino.

O atendimento a esse público, pela Prefeitura de Belo Horizonte, é realizado de forma diversificada. Atualmente, na rede municipal de ensino, todos os alunos recebem apoio pedagógico na sala de recursos. Existem, ainda, alunos surdos matriculados em 12 escolas da rede municipal. Aproveite a oportunidade para cumprimentar professores, professoras e alunos das escolas municipais Paulo Mendes Campos e Artur Versiani Veloso. Há um projeto de integração que prevê o apoio pedagógico de um professor - intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - para cada conjunto de cinco alunos surdos matriculados. Existem ainda alunos matriculados em escola da rede privada, onde a Secretaria da Educação compra vagas por um campo e, por outro, cede professores em troca do atendimento no chamado regime de conveniamento.

É oportuno assinalar ainda uma demanda reprimida de alunos surdos sem atendimento e necessitando de imediato processo de ingresso e escolarização na escola pública. Alternativa de compra de vagas, a título de exemplo, em escola localizada no centro da cidade não atende ao público que mora nas regiões mais periféricas de Belo Horizonte. O fato de os alunos surdos estarem matriculados juntamente com os alunos ouvintes em uma mesma turma tem sido alvo constante de controvérsias por parte de alunos, professores, pais e a comunidade surda, em geral. Isso tem representado, ao mesmo tempo, possibilidade, como dizia há pouco, de, na emergência da diferença, construir, no dia-a-dia, relações e processos cada vez mais adequados e aprimorados. Nesse cenário, a escolarização de alunos surdos constitui polêmica e representa um grande desafio não só para Belo Horizonte como também, de resto, para todos que estão comprometidos com a educação inclusiva, em Minas e no Brasil.

Considerando o direito à educação, o atendimento às diferenças, o princípio da inclusão e as condições de recursos humanos e materiais de que dispõe, a Secretaria Municipal de Educação tem potencializado as alternativas de escolarização em Belo Horizonte com o objetivo de ampliar e qualificar o atendimento da pessoa surda na rede pública de ensino por meio de, entre outras opções, manutenção de cursos de LIBRAS, no Centro de Formação dos Profissionais de Educação, da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte; permanente discussão com a rede e com outros espaços educativos, por meio da estratégia de rede de troca, que é uma atividade que prevê a reflexão sobre as experiências com escolarização de surdos, dentro e fora de Belo Horizonte, estabelecendo uma atitude, ao mesmo tempo, de pesquisa e investigação, tendo em vista a formação dos professores e a qualificação do atendimento aos alunos surdos na nossa rede de ensino. Mais recentemente, fato há pouco assinalado pela Profa. Maria Stella Nascimento, há a participação conjunta das Secretarias de Estado e Municipal da Educação, em curso de qualificação para profissionais que trabalham com surdos, nas duas redes públicas, por meio de um processo vinculado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Finalizando, a Secretaria Municipal de Educação vem discutindo, refletindo, pesquisando e implementando gradativamente alternativas de escolarização para todos os alunos, com o objetivo de atender ao princípio da inclusão e do acesso a serviços básicos sociais, entre os quais a educação para todos.

É necessário e oportuno destacar a importância deste seminário, em que estamos todos reunidos com o objetivo de dialogar sobre a educação de surdos, questão de fundamental importância.

O objetivo dessa atitude dialógica da Secretaria com a comunidade surda é criar alternativas de atendimento e qualificar, em busca de contínuo aprimoramento do atendimento à pessoa surda nesta cidade, com base em princípios, valores e estratégias que atendam às necessidades desse público.

Ao nos despedirmos, cumprimentamos, mais uma vez, a Assembléia Legislativa e a comunidade surda aqui presente pela realização deste ciclo de debates. Ocorre-me fazer uma leitura de um pensamento de Boaventura Souza Santos, cientista político e sociólogo: "Temos o direito de sermos iguais sempre que a diferença nos inferioriza. Temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza". Boa tarde a todos. Obrigado.

Palavras da Sra. Tânia Mafra Guimarães

Cumprimento a Deputada Elaine Matozinhos, na pessoa de quem cumprimento também os professores, alunos, pais e comunidades aqui representadas. Agradeço à Assembléia Legislativa e aos demais promotores deste ciclo de debates a oportunidade de estarmos aqui reunidos, ouvindo e discutindo propostas. Mais do que conhecer e aprofundar conhecimentos, este é um movimento de construção coletiva em que as diversidades próprias das comunidades serão ouvidas e consideradas em suas diferentes perspectivas.

Essa interação, particularmente no momento de transição que estamos vivendo a partir da Resolução nº 2, de 11/9/2001, que institui as Diretrizes Nacionais para Educação Especial, reveste-se de extrema importância, principalmente porque os Estados deverão normatizar essas diretrizes, adequando o sistema de ensino para receber os alunos.

É imprescindível fazer sobressair idéias, aspirações e modos particulares de expressão das comunidades. A escolarização dos surdos, amplamente discutida sob diferentes perspectivas técnicas, continua um desafio que atravessa o tempo, agregando nessa passagem os saberes construídos, superados ou reafirmados.

Toda construção coletiva é um processo que deve levar em conta os instrumentos legais (que regulamentam a política da educação), o compromisso com a educação de qualidade para todos e as possibilidades concretas de avanços existentes nas comunidades.

Como disse a Profa. Maria Stella, a Diretoria da Educação Especial foi criada no dia 27/7/2001, pela Lei nº 13.961, que dispõe sobre a reestruturação da Secretaria da Educação, e regulamentada pelo Decreto nº 42.062, de 30/10/2001. É uma diretoria nova, com muita garra, e conta com uma equipe vibrante e interessada em trabalhar com todas as comunidades.

A Diretoria da Educação Especial é responsável, na Secretaria da Educação, pela gestão da política de educação especial junto às escolas estaduais, em todos os níveis e modalidades de ensino.

No que diz respeito à estrutura organizacional, está diretamente ligada à Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação e à Superintendência de Educação, composta por quatro diretorias, quais sejam a Diretoria de Desenvolvimento da Educação Infantil e Fundamental, a Diretoria da Educação Média e Profissionalizante, a Diretoria da Educação Especial e a Diretoria da Educação de Jovens e Adultos, também criada recentemente.

A educação especial deve ocorrer em todas as instituições escolares que oferecem os níveis, etapas e modalidades da educação escolar, de modo a propiciar o pleno desenvolvimento das potencialidades sensoriais, afetivas e intelectuais dos alunos.

A educação especial perpassa pela educação infantil, pela educação fundamental, pelo ensino médio e pela educação superior. Enquanto modalidade, também perpassa pelos jovens e adultos, pela educação profissional e pela educação indígena.

A finalidade da Diretoria de Educação Especial é estabelecer diretrizes pedagógicas, referentes à educação especial, oferecendo indicadores de currículos e metodologias adequadas ao atendimento de alunos com necessidades especiais.

A diretoria tem como objetivos coordenar a implantação e a implementação de diretrizes político-pedagógicas, referentes à educação especial, visando à inclusão do aluno; implementar ações voltadas para a adequação do currículo e aplicação de metodologias apropriadas à educação; incentivar e apoiar a elaboração e execução de planos, programas e projetos inovadores para a educação especial; interpretar e elaborar normas pedagógicas, relativas à educação especial; orientar superintendências regionais de ensino, no cumprimento dessas normas; desenvolver parceria com instituições governamentais e não governamentais afins, tendo em vista a implantação das diretrizes político-pedagógicas exigentes.

O que a Diretoria da Educação Especial tem feito? Apesar de ter sido criada há pouco tempo, já estamos participando de grupos de trabalho coordenados na PUC-Minas. É um grupo de educação inclusiva para o desenvolvimento do projeto de capacitação de educadores do ensino fundamental das escolas públicas de Belo Horizonte. Já participamos de várias reuniões do Fórum Nacional de Dirigentes de Educação Especial, que é composto por um dirigente de cada Estado, que se reúne algumas vezes para discutir a educação que todos os brasileiros querem, sobre a educação inclusiva.

Participamos de um Seminário de Diretrizes Nacionais para Educação Especial no Paraná com o objetivo de discutir as linhas de ação que estão sendo implementadas no Estado.

Participamos também, em Salvador, de um Seminário de sistema braile, em que foram defendidos conhecimentos sobre o sistema braile na educação, de modo a contribuir para eliminar a barreira de comunicação das pessoas cegas e de baixa visão.

Recentemente, estivemos em Brasília. Foram dois encontros muito especiais, um deles com representantes dos conselhos de cada Estado, com o objetivo de analisar e discutir as diretrizes, com vistas à normatização da matéria nos Estados.

Houve outro encontro, há duas semanas, com representantes do Ministério Público, Promotores de Justiça dos Estados, Procuradores regionais dos direitos do cidadão, instituições representativas de diversas áreas de deficiência e superdotação, com o objetivo de estimular, subsidiar e contribuir para a atuação de agentes do Ministério Público, na defesa e promoção do direito à educação de alunos com necessidades especiais, de assegurar a operacionalização eficaz da resolução. Houve vários segmentos presentes, inclusive o Antônio, que também estava presente no encontro.

Estamos, também, organizando e acompanhando cursos de capacitação na área de dificuldades de aprendizagem, deficiência visual, condutas típicas, síndromes e distúrbios psicológicos e psiquiátricos, realizados nos pólos, em parceria com a Diretoria de Capacitação de Recursos Humanos. Temos como meta capacitar, até o final deste ano, 1.300 professores para trabalhar da melhor forma possível com seus alunos.

O último encontro começará amanhã, no Centro de Referência do Professor, que é o pólo-capital.

Realizamos um seminário de 7 a 9 de novembro, em Belo Horizonte, como disse a Profa. Maria Stella, o qual foi extremamente importante. Em Minas Gerais, exatamente por não haver a Diretoria de Educação Especial, muita coisa estava acontecendo nas Superintendências Regionais de Ensino. Mas queríamos e tínhamos muito empenho em que todos estivessem trabalhando numa mesma direção, com uma mesma política, discutida pela Secretaria de Estado de Educação. Tivemos a participação de quase todos os superintendentes regionais de ensino e um técnico da educação especial nas superintendências. Foi um encontro muito rico, porque tivemos dois dias, inicialmente, trazendo experiências de Estados que já estão avançando na questão da educação, como o Paraná e Goiás. Trouxemos o Prof. Romeu Sazaki, que esteve trabalhando conosco sobre a questão da educação inclusiva. Trouxemos a Profa. Rosita Edler e, no segundo dia, trouxemos a experiência de hospital sobre educação hospitalar. Trouxemos experiências de Minas Gerais, de escolas que estão trabalhando, para oferecer um melhor atendimento aos alunos. Foram experiências muito ricas e momentos importantes, em que estivemos discutindo as questões da educação especial. Desse encontro, tiramos a carta que a Profa. Maria Stella leu, que foi elaborada durante o encontro e aprovada por todos os participantes presentes. Esse encontro representou um marco muito importante para nós, porque tivemos a condição de acordar, com as superintendências regionais de ensino, em que, em todas elas, houvesse um representante da educação especial, que seria um interlocutor direto com a Secretaria, para viabilizarmos todo o serviço mais rapidamente e de uma melhor forma.

Acordamos, também, em que esses representantes que estiveram aqui, tivessem a obrigação de repassar, nas superintendências regionais de ensino, tudo que havia sido discutido aqui, além de tirarmos, também, alguns referenciais sobre escolas que gostariam de, inicialmente, trabalhar com a questão da educação inclusiva.

Como última atividade importante da Secretaria, conseguimos a organização e o acompanhamento do curso de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS -, em colaboração com o MEC, a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, FENEIS -, e a Secretaria Municipal de Educação, como parte do Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos do MEC.

Em Minas Gerais, iniciamos esse curso em outubro, com duas turmas de professores das escolas regulares especiais, estaduais e municipais. São 42 professores que estão fazendo o curso conosco e mais 21 novos instrutores surdos. Há amplo entendimento de que o processo educacional de pessoas surdas deve ser visto sob a perspectiva do direito de igualdade e de oportunidades, garantindo-se assim o acesso à educação e à extrema carência dos professores com conhecimento sobre a Língua de Sinais.

Encaminhamos também ao Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES -, no Rio de Janeiro, duas professoras, uma do Estado e outra do município, a fim de participarem do Curso de Capacitação de Professores Intérpretes de Língua de Sinais para qualificar os professores para interpretar a Língua de Sinais, para atendimento a alunos surdos incluídos no sistema regular de ensino e em escolas especiais e atuar como multiplicadores dos cursos de intérprete.

Outra meta desse programa refere-se à criação do Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e Atendimento a Pessoa Surda, como

disse a Profa. Maria Estela.

De acordo com o senso de 2000, o total de alunos com deficiências auditivas atendidos em Minas na rede de ensino é de 3.328 pessoas, assim distribuídos: 1.063 alunos incluídos nas escolas regulares do ensino fundamental, 222 alunos atendidos em sala de recurso do ensino fundamental, 1.776 alunos atendidos em escolas especiais do ensino fundamental, 156 alunos incluídos nas escolas regulares do ensino médio e 112 alunos atendidos nas escolas de educação infantil.

Sabemos que este ano houve um aumento do número de atendimento de alunos com deficiência auditiva. Os dados preliminares do senso escolar de 2001 apontam para o número de 3.468 alunos atendidos nas redes de ensino. Os serviços educacionais existentes ainda estão longe de promover, com qualidade, a real inclusão do surdo no sistema regular de ensino. Inúmeras são as dificuldades encontradas no processo educativo desse aluno, principalmente no que se refere à utilização da Língua Portuguesa escrita, da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS -, a sua interpretação e aos recursos específicos necessários para acesso ao saber pedagógico.

Avanços nas políticas educacionais para que o aluno surdo tenha um ensino de qualidade apontam para a necessidade de se garantir a inclusão dos surdos no sistema educacional em diferentes espaços; de se garantirem condições para que os surdos possam ter acesso a uma educação que propicie oportunidade para desenvolver seu potencial e sua formação integral; de se garantir o acesso a uma escola de qualidade no sistema regular de ensino, nas classes comuns, mediante atuação de professores e intérpretes da área de línguas e de outros profissionais itinerantes e outros apoios necessários à comunicação em salas de recursos, nas quais o professor realiza complementação ou suplementação curricular ou instituições especializadas em caráter transitório quando necessário. Garantir oferta em espaços escolares de acesso à língua de sinais, como primeira língua, e à Língua Portuguesa. Viabilizar aos pais, a possibilidade de escolher alternativas em diferentes espaços e metodologias escolares para seu filho surdo com base em sua postura diante da surdez e na oferta do sistema educacional. Incluir, na organização do atendimento aos surdos, recursos pedagógicos, capacitação de professores nos projetos pedagógicos das escolas. Articular ações entre ensino especial e ensino regular. Ressignificar as escolas especiais, atualizando professores, flexibilizando e contextualizando seus currículos e o atendimento a alunos surdos. Garantir processo de escolarização de qualidade a todos os alunos surdos utilizando, caso sejam necessárias, adaptações curriculares.

A sustentabilidade do processo inclusivo, mediante aprendizagem cooperativa em sala de aula, trabalho de equipe, constituição de redes de apoio com participação da família no processo educativo, bem como outros agentes e recursos da comunidade. Portanto, o nosso maior desafio é conseguir estabelecer políticas efetivas e adequadas à implantação da Educação Inclusiva em todo o Estado. A educação fundamentada na filosofia da inclusão não é só um ideal ao qual pretendemos chegar, mas também um processo que já se encontra em andamento.

A educação é um caminho que se faz ao caminhar, um percurso feito na medida de cada um, partilhado por todos.

A inclusão deve ser planejada, gradativa e contínua, sendo necessário que tanto a educação especial como o ensino regular possam ir se adequando à nova realidade educacional, construindo políticas educacionais, práticas, institucionais e pedagógicas inclusivas, pois leis, declarações, resoluções não têm força para deslocar paradigmas. Só os atores envolvidos no processo podem fazê-lo.

Procedimentos cooperativos, associativos e interativos permitem percorrer um itinerário comum, que reforça vínculos efetivos e a geração de um intenso sentimento de pertencer, construindo-se e interpretando-se outras narrativas sobre as diferenças.

A escola só poderá ser acolhedora e inclusiva, quando for capaz de atender a essas peculiaridades sem discriminar os seus alunos, sob qualquer pretexto. Tornar a escola inclusiva é uma grande tarefa a ser enfrentada, numa clara demonstração de respeito à diferença e no cumprimento do compromisso com os direitos humanos.

Igualdade de oportunidades e valorização da diversidade no processo educativo e nas relações sociais são direitos das crianças, dos jovens e dos adultos. Tornar a escola e a sociedade inclusiva é uma tarefa de todos nós. Muito obrigada.

#### Palavras do Deputado Luiz Tadeu Leite

Exmo. Sr. Secretário de Estado do Trabalho, Prof. Elias Nahas, Sra. Subsecretária de Desenvolvimento Educacional da Secretaria de Educação de Minas Gerais, Maria Stella Nascimento; demais autoridades que compõem esta Mesa, que deixarei de nominar por questão de economia de tempo; comunidade surda de Minas Gerais; representação de alunos; professores; escolas aqui presentes; minhas senhoras e meus senhores, dia desses, acordei de um jeito meio estranho... Abri os olhos, me espreguicei na cama, mas não ouvi aqueles chiados que ela faz quando eu me mexo. Desci da cama, abri a janela, e lá fora estava um silêncio como eu jamais havia imaginado. Eu via os carros passando, mas eles não faziam a barulheira de sempre. Olhei para a árvore em frente, vi pássaros outrora sempre ruidosos, mas, imaginem, eles pulavam daqui pra lá, mas sem a cantoria habitual. Eu mesmo tentei falar qualquer coisa, acho que balbuciei algumas palavras soltas, mas não escutava a minha voz. Saí do quarto como se estivesse em um pesadelo, a minha mulher mexeu os lábios, sorriu, parece que me disse um "bom-dia", mas eu não conseguia ouvir nada. Era tudo um silêncio só. Tentei responder a ela e só ouvi o silêncio. Pensei que tivesse morrido e minha alma estivesse vagando por aí. Mas, beijei minha mulher, abracei meus filhos que iam acordando, sonolentos, e aí eu entendi que estava vivo, vivinho da silva, só não escutava nada.

No início me deu uma aflição... Pensei: "Como é possível viver, se divertir, trabalhar, estudar, sem poder escutar?" Achava que isto era impossível.

Essa aflição foi crescendo dentro de mim e, em um instante, pensei que, desse jeito não valia a pena viver. Viver sem ouvir as músicas de que eu gosto? Viver sem ouvir a minha torcida ruidosa gritar "Galo...galo..." quando a gente vai ao estádio? Viver sem escutar o que se passa em minha volta? Não, não vale a pena. Muito deprimido e em pânico, desci as escadas e fui para a rua. Quase fui atropelado por um carro, cujo motorista ainda xingou cobras e lagartos, dando a impressão de que gritava "você parece que é surdo". Ia quase dizendo "surdo é a sua avó", mas não dei atenção pro mal-educado, ele não sabia de nada.

Sentei-me no banco da praça e comecei a imaginar uma saída. Foi aí que sentou-se ao meu lado um jovem alegre e brincalhão que me olhou complacente e me fez uns sinais. Eu tentei lhe dizer: "Fala...", mas ele sorriu. Continuou me fazendo uns gestos que eu não entendi. E ele indicava os ouvidos, mostrava a boca e batia muitas vezes no peito. De tanto ele repetir, comecei a entender o que ele queria dizer... Quando apontava os ouvidos, dizia que ele também não escutava. Quando indicava a boca, dizia que também tinha dificuldades em falar. Mas quando batia no coração, estava me dizendo que entendia tudo o que precisava, através dos gestos e do sentimento que brotavam em seu peito...

Os sinais permitiam que nos compreendêssemos sem as barreiras da língua. Fomos nos entendendo e, ao final de comprida prosa através dos sinais, eu estava mais calmo e já fazendo planos para seguir a minha vida, escutando somente com o coração. Resolvi procurar outros que também não escutam - e parece que são milhares deles por aí - fazer um curso para aprender os sinais, me enturmar com eles e procurar substituir a minha audição por um grande crescimento interior, cultivar a enorme sensibilidade que existe dentro de todos nós e que nós pouco usamos. Pensei em procurar aqueles que hoje sofrem um grande preconceito por parte dos poderes públicos, da parte de patrões que lhes negam um emprego porque pensam que, se a pessoa não escuta, é uma pessoa inútil. Patrões ignorantes porque não sabem que, quando nos

falta um sentido, outros se aprimoram para compensar essa perda... Decidi ajudar a fazer leis que garantam os direitos fundamentais àqueles privados da audição, como o direito ao estudo especializado, ao lazer, ao trabalho, garantir que possam ter acesso às informações em um mundo que parece ter sido feito somente para os que escutam, enxergam e andam.

Estava naquelas conjecturas de quem começara a entender um novo mundo, novo, diferente e cheio de desafios, quando senti um puxão em meu braço.

Foi só assim que acordei. Era um sonho... Acordei com meu filho dizendo: "Acorda, papai. Estou lhe chamando há um tempão. Até parece que o senhor ficou surdo!".

Esse foi o jeito que encontrei para homenagear, nesta data, àqueles milhares de pessoas que sofrem de deficiência auditiva. Junto à homenagem, fica o compromisso de luta ao lado das entidades representativas para aperfeiçoar as leis que já existem e propor outras que garantam o reingresso desses cidadãos na sociedade, cidadãos titulares de todos os direitos inerentes à pessoa humana, os quais não podem ser vítimas das discriminações, das humilhações e das limitações que a sociedade freqüentemente lhes impõe.

O Sr. Presidente (Deputado Luiz Tadeu Leite) - Tivemos a iniciativa de promover esta reunião, que foi aprovada pelo Plenário, para propiciar a oportunidade de uma troca de informações e de experiências entre as pessoas que entendem da questão do surdo no Brasil, para que venham, como ocorreu, de Pernambuco, do Rio Grande do Sul e de outros lugares, a fim de trazerem informações à comunidade surda de Belo Horizonte e à de Minas Gerais. Fico feliz com a certeza de que este encontro já cumpriu a sua finalidade, pois reúne todos os representantes da comunidade surda, tanto alunos como professores, nesta Casa. Deste encontro, seguramente, sairão as normas, as orientações e as propostas para melhorar o reingresso desse cidadão que sofre de deficiência auditiva no mercado de trabalho, na informação e no lazer.

#### Palavras da Sra. Karin Lilian Strobel

Boa-tarde. Quem é professor ouvinte de surdos? Quem é surdo? Há muitos surdos. Isso é muito bom! O meu tema é a identidade e a cultura surda. O que seria uma cultura surda? Ela existe? Cada um tem uma consciência e uma identidade. Como essa cultura surda está inserida nessa diversidade? Darei um exemplo. Ouvimos falar que o surdo tem uma cultura diferente da do ouvinte, porque é mais visual. O ouvinte tem uma cultura menos visual. O surdo usa mais a espacialidade e a sua acuidade visual. Não é apenas o surdo que tem uma cultura própria. Há a cultura de uma família alemã, por exemplo, que se difere do grupo em que está inserida. Há a cultura religiosa e a cultura do negro. A sociedade é composta por grupos menores, como, por exemplo, os soldados, que estão inseridos em um grupo composto por outros soldados. Assim, conversam sobre os mesmos assuntos e têm os mesmos interesses. Falam sobre armas, sobre bombas e sobre escaladas. Há a cultura dos civis, que estranham a conversa dos soldados por falarem tanto sobre armas e se sentirem bem.

Aí temos um bom exemplo de uma cultura menor inserida em uma maior. Muitos ouvintes não conhecem a cultura do surdo, pois a sociedade é ouvinte. Mas o surdo se sente honrado em estar inserido nesse grupo menor, com sua cultura própria. Ele precisa participar de um grupo minoritário, identificando-se com esse grupo, para construir sua própria cultura e, conseqüentemente, sua identidade. Por exemplo, eu sou mulher e me identifico com as mulheres; sou profissional e identifico-me com os profissionais de minha área; sou católica e identifico-me com minha Igreja; sou de uma cultura alemã e, ainda, surda, identificando-me com a cultura surda.

Cada pessoa precisa desenvolver sua identidade, e a identidade do surdo é muito importante. Ela se dá através do aprendizado da linguagem de sinais e do convívio com iguais. Se a pessoa não tem identidade, não tem língua, é impossível integrar-se em uma sociedade maior. O surdo que aprende a língua de sinais e que freqüenta associações, escolas, enfim, a comunidade dos surdos, irá desenvolver opiniões mais seguras, será mais ativo e construirá uma identidade surda.

Essa situação é muito diferente da vivida por um surdo que não tem acesso à língua de sinais, não discute política, e não tem opinião própria. O surdo que tem esse acesso tem maior segurança e auto-estima, por isso é muito importante que as crianças surdas convivam com iguais. Elas precisam de modelos adultos, para com eles se identificarem. A maioria das famílias com crianças surdas são ouvintes e não estão preparadas para conhecer a cultura surda e a língua de sinais. É fundamental que elas se aproximem dessa comunidade, para conhecê-la e, através do conhecimento, auxiliar as crianças a acessar a língua de sinais e a comunidade dos surdos, para que possam formar sua identidade.

Aquela pessoa que não se sente pertencente nem ao grupo dos surdos nem ao de ouvintes está na corda bamba. É muito bom nos identificarmos com o surdo e dizermos "Eu sou surdo". Aquele que não tem acesso à língua de sinais provavelmente não se identificará nem com o ouvinte nem com o surdo, pois não participa de nenhum dos dois grupos e se sente, todo o tempo, discriminado. Ele não tem amigos e, com certeza, sofre muito.

Se o surdo não tem acesso a este modelo, torna-se inseguro, não se aceita, tem vergonha de sua língua, de sua voz e dos erros de português que comete, o que faz com que sua auto-estima caia muito, causando um grande transtorno psicológico. É muito difícil que essa pessoa consiga estar inserida na sociedade de ouvintes, portanto, estará sempre no prejuízo.

Farei um resumo da minha vida apenas para ilustrar. Nasci ouvinte e, devido a uma gripe muito forte e ao uso contínuo de antibióticos, perdi a audição, com três meses. Sou surda profunda, não escuto nada. Quando tinha dois anos, minha mãe, muito preocupada com minha escolaridade, encontrou uma única escola no Paraná que atendia aos surdos, onde ela me colocou. Era uma escola oralista onde os professores nos ensinavam a falar como se ensina a criança ouvinte a falar. Mas sou surda profunda e tinha que treinar como a professora ensinava o aluno ouvinte. Não tinha identidade surda, não me identificava com aquele modelo e, assim, não tinha comunicação. Falava muito bem, mas como se fosse um papagaio. Tinha uma voz perfeita e era sempre elogiada por isso, mas não sabia responder a nenhuma pergunta. Eu não tinha comunicação, tinha apenas voz e oralidade. Era revoltada por ser surda e por apenas saber copiar o que me mandavam falar. Vivía um conflito interior muito grande. Tinha vergonha da língua de sinais, porque sempre a criticavam diante de mim. Não tinha amigos. Vivía isolada, sempre questionando: "por que Deus me fez surda?", "qual será o meu futuro?". Minha mãe, muito preocupada, achou que talvez fosse muito importante que eu participasse da comunidade surda. Quando tinha 15 anos, levou-me à associação.

Cheguei e vi várias pessoas usando a língua de sinais, que eu não conhecia. Fiquei emocionada porque pessoas iguais a mim falavam. Eu, aliás, fui muito bem oralizada. Mas, por meio da língua de sinais, comecei a compreender tudo que se falava, comecei a ter opinião política, participar de política, comecei a ter minha própria opinião.

Por isso luto muito por que as crianças tenham acesso a essa língua de sinais. Como primeira língua, é muito importante que essa identidade seja construída no tempo certo, para que, depois venham a falar muito bem, venham a escrever muito bem, mas precisam primeiro da língua de sinais.

Vou mostrar-lhes algumas etapas, alguns esclarecimentos a respeito da cultura e da identidade surda. Vocês estão me enxergando? Não estou enxergando ninguém.

As pessoas precisam conhecer como é uma pessoa surda. Elas precisam aprender a história da comunidade surda, precisam saber sobre as associações e os movimentos que os representam. Existem personalidades surdas muito famosas. Isso é importante porque temos uma abertura maior para que nos conheçam. É preciso trazer pessoas adultas para o convívio dessas crianças. Por exemplo, babás surdas para crianças surdas, amigos surdos para conviver com crianças surdas. Esse convívio com o surdo é muito importante, para que o surdo não se sintam diferente.

Às vezes, ele vai a um restaurante, chama o garçom, que fica apavorado: "Como vou atendê-lo?". Mas podemos escrever e conseguimos nos comunicar. O importante é termos uma proximidade com essas pessoas, conviver com associações, frequentar seminários, congressos, ter acesso à religião. É importante que se contratem professores surdos e qualificados. Existem muitos profissionais que têm uma experiência muito boa com a comunidade surda, que podem acrescentar bastante ao convívio com essas crianças e adolescentes. É importante que o surdo participe de culturas artísticas, para mostrar a sua própria cultura, a fim de que conheçam um pouco mais do seu trabalho e percebam que ele tem essa habilidade profissional muito desenvolvida. Isso tem de aparecer, porque faz parte da cultura. É importante que se publique obras sobre os surdos. Vocês conhecem o livro "Vôo da Gaivota"? É de autoria de uma surda que escreveu a sua biografia. Existe um outro de autoria de um russo, de cujo nome me esqueci, que fala também de sua vida. É importante divulgarmos isso.

Precisamos também acompanhar o desenvolvimento tecnológico. Hoje, temos o TDD, o celular que passa mensagem, a campanha adaptada, a "baby sitter", o despertador com vibração, o "close caption", a versão legendada, a babá eletrônica que emite luz intermitente. É muito importante tudo isso, porque faz parte da cultura dos surdos, que precisa ser divulgada e usada. Para se conhecer a cultura surda, é preciso aprender e experimentar a língua dos sinais. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Gostaria de comunicar à comunidade surda de Minas Gerais que tramita nesta Casa o Projeto de Lei nº 1.163/2000, do Deputado Geraldo Rezende, nosso colega do PMDB, que assegura às pessoas surdas o direito de serem atendidas nas repartições públicas estaduais por meio da LIBRAS e dá outras providências. Esse projeto já passou por todas as comissões temáticas da Casa e está pronto para ser incluído na ordem do dia para votação neste Plenário brevemente. É uma lei que deverá facilitar a comunicação da comunidade de deficientes auditivos de Minas Gerais.

Palavras da Sra. Tanya Amara Felipe de Souza

Boa tarde a todos. É com muita alegria e satisfação que venho a esta Casa. Quero cumprimentar toda a Mesa e os presentes.

Desde 1985, estamos pesquisando a Língua Brasileira de Sinais. A cada encontro - como assembléias e passeatas - na defesa dessa língua, constatamos como isso tem crescido, como os surdos estão demonstrando a importância dessa língua para as comunidades surdas brasileiras.

Só tenho 20 minutos para dizer um pouco sobre essa língua. Muitas pessoas pesquisam as línguas de sinais do mundo. Um ponto a ser destacado é que existem tantas línguas de sinais quantas são as culturas surdas do mundo. Devemos esclarecer que a língua de sinais não é universal, porque cada cultura tem a sua língua, como cada cultura tem a sua língua oral-auditiva. Essas línguas independem das comunidades auditivas. Por exemplo, a língua de sinais brasileira é diferente da língua de sinais de Portugal; a língua de sinais americana é diferente da língua de sinais inglesa, embora esses países falem as mesmas línguas orais-auditivas: Inglaterra e Estados Unidos falam o inglês, e o português é falado no Brasil e em Portugal.

Ao pesquisar, constatamos a riqueza da língua de sinais. O primeiro pesquisador falou um pouco sobre línguas em 1644. De lá para cá foram feitos vários estudos sobre as línguas de sinais do mundo. Atualmente, existe uma vastíssima bibliografia sobre vários aspectos dessas línguas. No Brasil, para a nossa felicidade, o primeiro pesquisador da língua de sinais brasileira foi Plausino da Gama, um surdo. Após se formar no Instituto de Educação, no Rio de Janeiro, foi contratado como repetidor. Organizou uma espécie de dicionário, separando os sinais em categorias gramaticais. Fiz um estudo mais aprofundado desse trabalho em minha tese de doutorado, ao pesquisar a concordância verbal da língua de sinais. Venho pesquisando essa língua há anos. Assim, 20 minutos não é tempo suficiente para descrevê-la. Ela é riquíssima como as demais línguas. Não existe língua pobre ou rica, existe língua que atende aos seus usuários. À medida que vamos entrando em áreas, vocabulários específicos vão sendo criados, o léxico vai aumentando. As línguas estão em pé de igualdade. Cognitivamente somos iguais, independentemente das nossas culturas ou das nossas condições socioeconômicas. A linguagem - uma característica do ser humano - tem um padrão equiparado. Uma pessoa que fala o chinês, o inglês ou a língua de sinais japonesa, uruguaia ou brasileira, cognitivamente tem as mesmas condições de qualquer outra. Não é a língua que inferioriza ou dignifica uma cultura, mas as condições socioeconômicas.

No Brasil, os surdos estão lutando pelo reconhecimento. Desde 1993, estamos tentando a oficialização nacional dessa língua, por meio de muitos documentos entregues em Brasília. Vários Estados e municípios já conseguiram oficializá-la. Hoje, vocês lotaram esta Casa para discutir e reivindicar uma educação para surdos. Essa educação passa pelo respeito à língua de sinais. Essa língua, tão complexa quanto qualquer outra, dará os subsídios necessários. A quantidade de pesquisas feitas na área de aquisição de língua tem mostrado que os surdos que adquirem essa língua como a primeira têm mais facilidade para aprender a língua oral-auditiva do seu país.

Convivendo com vocês há mais de 16 anos, me envolvendo nas culturas e nas comunidades de surdos em todo o Brasil, fui eleita para estar aqui como porta-voz, mostrando, a partir dos estudos feitos, que essa é uma língua. Para mim, isso é muito importante. Não entrei nesse universo da surdez como uma professora, mas como pesquisadora. Como estava fazendo o meu mestrado, fui pesquisar uma língua e me dei conta de que existia uma cultura, de que não era simplesmente chegar numa comunidade, colher alguns dados, levá-los ao meu escritório e analisá-los. Era muito mais do que isso: a língua representa cidadania. Daí, a nossa luta até hoje por esse direito à cidadania.

O que posso dizer em relação à língua de sinais é que ela também tem estrutura fonológica, morfológica, sintática e semântica. Hoje, já podemos ver na comunidade surda belíssimas poesias em língua de sinais, com a presença do humor e da metáfora, e o teatro, que caracteriza a cultura ou a visão diferenciada do surdo, que, por meio de sua língua, mostra sua forma de sentir o mundo. Isso é cultura; isso é língua.

Não adianta expor vários detalhes sobre a especificidade da língua, o que cansaria a todos; mas hoje o que mais me dá prazer é, mais do que falar a respeito dessa língua para os acadêmicos das universidades, mostrar aos surdos instrutores que sua língua tem uma gramática. Todos que nascem no Brasil falam o português, mas ainda assim vamos às universidades para aprender a Língua Portuguesa e entender como ela funciona lingüisticamente. A mesma realidade se aplica aos surdos: eles dominam a língua de sinais, mas, hoje, têm consciência de que precisam ter conhecimento lingüístico da própria língua para ensiná-la adequadamente.

É isso o que vimos desenvolvendo na Federação dos Surdos, em um programa nacional. E é muito gratificante perceber que os surdos estão entendendo lingüisticamente a sua própria língua. Estão discutindo o que é fonema - em sua língua, querema; como funciona esse nível fonológico; como se juntam as unidades mínimas para se formarem os morfemas, e estes, as palavras, e estas, as frases; que regras são essas de combinação, que existem em toda língua.

Então, a língua dá conta dos seus usuários. Se na língua de sinais ainda não existem determinados termos, é porque os surdos ainda não estão discutindo certas questões. Lembro-me de que, quando estive nos Estados Unidos, com a comunidade surda americana, tive de aprender um monte de "lingüístiquez" em língua de sinais americana, para discutir teorias chomskianas ligadas à língua de sinais americana. Isso porque os surdos de lá já estavam fazendo mestrado e doutorado na área de lingüística e, assim, já tinham um léxico específico para que pudessem dar

conta desse nível de discussão. Hoje, na Federação de Surdos, já temos vários termos específicos da área de "lingüístiquez", vamos chamá-la assim, ou da área da gramática, para discutir gramaticalmente essa língua. E é isso o que tem de ser.

Vejam, por exemplo, a realidade da área de informática. Importamos vários termos da língua inglesa e damos conta da realidade da informática. Por exemplo, em vez de substituirmos o termo por uma palavra em português, como "acionador de disco", dizemos "drive", palavra que acaba se incorporando ao nosso léxico. Daqui a pouco, estaremos com várias palavras ligadas a essa área. Esse processo de formação de palavras também acontece em língua de sinais. Também nós, por meio de estrangeirismos, vamos introduzindo algumas palavras, que adquirem o movimento da língua e em algum tempo já se tornam a própria língua. Então, o universo léxico da língua de sinais vai aumentando à medida que seus usuários necessitam de determinado sinal, e, assim, a língua se amplia.

Mas a língua como estrutura já está aí, em toda a sua complexidade. E a concordância verbal, que é meu foco de pesquisa, é muito rica na língua de sinais. O intérprete, que tenta passar para a língua de sinais o que estou falando, tem de estar com essa preocupação. Não pode simplesmente fazer um português sinalizado; tem de raciocinar na língua de sinais, enquanto língua, e ver como a estrutura dessa língua vai se mostrar para traduzir o que estou falando em português. Pensem na língua inglesa: não podemos perguntar a ninguém "How many years do you have?", porque isso é uma discrepância; isso não existe na língua inglesa. Da mesma forma, um tipo de estrutura como essa não poderia ser criado em língua de sinais para traduzir o português.

São essas questões que vimos discutindo com o surdo. Hoje, quando pensamos na língua, pensamos na questão da educação do surdo. Se o surdo tem uma língua na qual flui naturalmente, por que não ser ensinado a partir dessa língua? É justamente isso que o surdo vem reivindicando: queremos aprender Geografia, História, Matemática, Física e Química em língua de sinais, porque dessa maneira podemos discutir e interagir com o professor. Mas isso é muito difícil. No Brasil, há quantos professores que dominam a língua de sinais e que podem ensinar Matemática, Português ou Física? Isso é um processo. Hoje, temos representantes da educação à Mesa, discutindo essa proposta com a comunidade. Que novo paradigma para a educação do surdo é esse? Todos aqui estão percebendo a importância da língua de sinais. Como foi colocado nesta Mesa, os professores estão aprendendo essa língua. Ou seja, já vimos que esse é um caminho importantíssimo para a integração dos surdos na nossa sociedade. Não é "guetizar", não é manter o surdo isolado da sociedade. É por esse processo de sociedade inclusiva, respeitando o direito e a diferença, que chegamos ao outro.

É por aí que estamos discutindo a realidade dos surdos. A diversidade é entendermos as diferenças, e, para entendê-las, vamos cair na questão dos direitos. A educação para os surdos passa pela necessidade de o professor saber a língua dos sinais: ele aprender a minha língua e eu aprender a dele. É isso que estamos discutindo no Brasil, é isso que estamos discutindo no mundo. Não tem nada pronto, a realidade dos surdos nos Estados Unidos, na França ou no Brasil é a mesma. Em todos os lugares está-se discutindo esse paradigma. O que foi falado aqui sobre a importância dos surdos na educação é o paradigma que o surdo custa.

Estava observando a platéia. Até um determinado momento eram ouvintes falando da realidade do surdo. No momento em que a própria surda fala, enquanto surda, ficamos vendo os olhinhos das crianças e dos adolescentes brilharem. A Karin falando enquanto surda é a Karin enquanto professora dos surdos, é vocês enquanto surdos reivindicando a sua educação. Por isso, em Porto Alegre vocês entregaram para o MEC uma proposta de educação e vimos discutindo as técnicas, as diretrizes para a educação dos surdos. Que educação é essa que eles estão querendo? Por isso, sinto-me feliz em estar aqui, em mais essa etapa na luta pela língua de sinais na educação dos surdos. Ela já é uma realidade, não dá mais para voltar atrás. É um programa nacional defendido pelo próprio MEC. Então, agora, é observar cada caso. Precisamos ver como conseguir mais. Acho que não vou chegar a ver, mas um dia vamos ter, como nos Estados Unidos, universidades para surdos, e universidade com ensino sistemático para formação de professores para o ensino de língua de sinais. E vamos conseguindo isso através dos livros que estamos fazendo, através dessas pesquisas que estão se aprofundando. Acho que todos nós queremos uma educação que realmente contemple os direitos dos surdos. Muito obrigada.

Palavras da Sra. Mariane Stumpf

Boa tarde a todos. Gostaria de agradecer o convite e vou falar para vocês sobre o meu trabalho por uma educação surda verdadeira. É possível construir uma educação muito boa para os surdos. A prova está aqui: a presença de tantos surdos nesta reunião. Os expositores que me antecederam são especialistas nesse tipo de educação. O meu tema é "Por Uma Educação Surda Verdadeira". Discorrerei sobre a alteridade surda, cujo sinal é este. No Rio Grande do Sul existiam cinco surdos dentro da faculdade, com intérpretes em sala de aula. Conseguiram um desenvolvimento muito grande com a ajuda desses intérpretes. Sem eles, provavelmente não conseguiriam acompanhar o ritmo das disciplinas oferecidas.

Como há um crescimento muito grande do número de surdos nas universidades, a língua de sinais está sendo bastante divulgada. É preciso aceitar a diferença. O surdo usa apenas uma comunicação diferente. O surdo tem uma história própria, que também é diferente. É muito importante que ele comece a falar mais sobre essa história, que faz parte da sua educação.

A pessoa surda para a sociedade ouvinte é aquela que não tem comunicação. Ela vê o surdo como alguém que não consegue se comunicar, que não tem língua. O ouvinte sempre pensou, durante muito tempo, somente isso sobre o surdo. Mas essa não é a realidade. O surdo tem uma comunicação e uma língua diferentes.

É muito importante que o surdo conviva em comunidades, usufrua do desenvolvimento da língua de sinais e participe desse mundo que só é lingüísticamente diferente, a fim de que a própria sociedade se conscientize dessa diferença: o surdo não é pior, não é inferior, mas apenas diferente. A nossa responsabilidade é mostrar que não somos deficientes, somos surdos, enfim, somos diferentes. Assim, a sociedade ouvinte começará a mudar a sua forma de pensar.

Durante muito tempo a sociedade ouvinte estabeleceu que ouvir era normal, ser surdo não o era. Mas o surdo é normal. Sou surda, tenho uma cultura surda, tenho uma língua diferente. Somos normais: apenas nos diferimos lingüísticamente. Existem os ouvintes e os surdos. Temos de mostrar isso para a sociedade. Isso é alteridade surda, ou seja, mostrar que somos diferentes, mostrar que os ouvintes são diferentes de nós.

É muito importante que os surdos se mobilizem, lutem pela educação que desejam. Vocês estão fazendo isso em Minas. Fizemos isso em Porto Alegre. Estamos usufruindo um pouquinho dos benefícios. É preciso colocar a língua de sinais dentro da educação. Mas a comunidade tem de se mobilizar, se organizar, preparar documentos, ficar sempre em contato com os órgãos públicos, com os órgãos competentes, a fim de mostrar seus anseios - relacionados aos profissionais ou à língua de sinais -, para que se construa uma comunidade surda representativa.

Toda mudança é demorada. Nada acontece de uma hora para a outra. Em Porto Alegre esse processo também foi demorado. Mas o surdo precisa se mobilizar, mostrar o que deseja e documentar as suas reivindicações. A regulamentação da LIBRAS é muito importante. Em todos os encontros, ao se falar sobre essa regulamentação, fala-se também sobre a profissionalização de quatro áreas: intérpretes, professores surdos, professores de surdos e professores de línguas de sinais. É muito importante que se tenha professores surdos. Se isso não for possível, devemos ter professores ouvintes com profundos conhecimentos sobre a língua de sinais.

Um aspecto fundamental é a pedagogia da diferença. É muito importante que se respeite essa diferença no currículo, seja na metodologia, seja no número de alunos em sala de aula. É impossível ensinar ao surdo da mesma forma que se ensina ao ouvinte. É impossível ensiná-lo por

meio do som. Precisamos de uma pedagogia diferente, que use o que ele tem, ou seja, a sua acuidade visual, a sua espacialidade. O surdo tem de se mobilizar com relação a isso. É seu direito. Precisa organizar-se. Podemos pensar em uma pedagogia para os surdos: a pedagogia da diferença. Isso é possível.

Qual é a escola que o surdo quer? Essa pergunta é muito interessante. Seria muito importante que existissem creches para surdos, que, assim, seriam estimulados, desde pequenos, a trabalhar a espacialidade e o aspecto gestual, isto é, a língua de sinais. Essa educação infantil deve ser iniciada o mais cedo possível. No ensino fundamental deve ser incluída a escrita da LIBRAS, porque o surdo deve conhecê-la. Como a Tanya disse, as escolas deveriam, primeiramente, ensinar a língua de sinais e sua estrutura. Depois, ensinariam o português.

O ensino médio é uma etapa muito importante, porque o estudante está se procurando, está vivenciando um distanciamento da família. Por isso é fundamental que se sinta pertencente ao mundo surdo, que tenha uma cultura surda. Após passar pela adolescência, ao entrar para a universidade, é importante que ele já se reconheça e experimente uma escola prazerosa, que o atenda, inserindo-o em seu mundo, em que irá conviver com seus iguais. Os profissionais da universidade devem aprender a língua de sinais, contribuindo não só para o seu crescimento, mas também para que a comunicação se torne cada vez mais efetiva.

O surdo tem de estar preparado para cursar a universidade, precisa conhecer as profissões. Tem de estar engajado em políticas educacionais, conhecer as faculdades e o seu espaço dentro delas. E o mais importante: acreditar que a sociedade pode mudar e ficar mais aberta para recebê-lo. A presença de intérpretes nas faculdades também é essencial, a fim de que o surdo, sentindo-se mais seguro, consiga participar verdadeiramente das disciplinas oferecidas, ou seja, discutindo, expondo suas opiniões. É importante que a FENEIS faça contato com as universidades, a fim de oferecer-lhes intérpretes. É fundamental que os surdos curse faculdades e se profissionalizem. A comunidade surda mostrará a sua capacidade e o seu valor por meio desse crescimento. Para os que não a conhecem será uma troca.

É muito importante que as famílias sejam esclarecidas, principalmente na época do diagnóstico, porque entram em choque. Precisam de orientação, precisam saber quem é o surdo, conhecer a sua potencialidade. Assim, poderão aceitá-lo. Conseqüentemente, aceitarão a língua de sinais. Essa será a diferença na vida do surdo.

Com relação à tecnologia, os surdos devem participar do desenvolvimento tecnológico, por meio de "softwares" apropriados. Na música, por exemplo, pode-se adaptar um CD-Rom, transformando-o em algo mais visual ou lúdico, utilizando-se a língua de sinais.

A participação dos surdos nas manifestações artísticas e de lazer é excelente para o desenvolvimento cultural da comunidade. É importante que participe de acampamentos, olimpíadas, colônias de férias, porque irá se socializar, ganhar, perder, enfim, experimentará oportunidades. Fará amizades, irá se integrar, terá mais acesso à língua de sinais, estará inserido entre iguais. Por exemplo, nas férias, em vez de ficar em casa, isolado da família, poderá ir para acampamentos de surdos ou para a praia, juntamente com outros jovens. No Rio Grande do Sul, todos os anos participamos de acampamentos, fazemos almoços. Com certeza, isso amplia os horizontes e desenvolve a língua de sinais.

Concluindo, as escolas de surdos precisam mudar: colocar disciplinas que abordem a história, a cultura dos surdos, o surgimento da língua de sinais no Brasil. Como isso faz parte da cultura, deve ser ensinado na escola. Dessa forma, o surdo irá se sentir como parte de uma comunidade, o que lhe permitirá transitar entre os dois mundos de uma forma muito mais tranquila e saudável. É muito importante que participe, seja ativo e feliz. Vocês podem ser felizes.

Estão sendo realizados muitos debates sobre inclusão e sobre a escola que o surdo quer. No entanto, antes de tudo isso, é preciso que se discutam a identidade, a história, a fim de que haja segurança e auto-estima. Assim, o surdo poderá ser realmente inserido na sociedade. Não adianta, por exemplo, falarmos sobre inclusão social se o surdo não consegue emprego. Temos de falar sobre uma inclusão real, sobre políticas reais de inclusão. É preciso falarmos sobre a educação especial, que é muito cara. Uma sala para surdos é muito cara, porque tem de ter menos alunos. A luminosidade deve ser boa. Quem sabe, no futuro, participando dessa boa escolaridade, o surdo poderá ser inserido na sociedade, ter um trabalho, sentindo-se, assim, pertencente ao seu mundo, além de transitar pelo mundo dos ouvintes.

É fundamental que as famílias aceitem o filho surdo. Vamos começar isso agora. Vamos nos profissionalizar. Estou me referindo à formação que começa com a criança, mas falo também para os adolescentes e para os adultos. Como disse a Karin, é importante que se conviva com modelos. É possível que se crie uma sociedade melhor. Como já disse, é fundamental que a família aceite a criança surda. Se isso não ocorrer, ela não experimentará boas sensações, o que impedirá o seu desenvolvimento. O filho surdo deve ser aceito como uma pessoa diferente, que usa uma língua diferente. A partir daí, as trocas devem ser experimentadas. Acredito que temos um futuro muito grande, muito melhor.

Espero que vocês pensem sobre o que eu disse. Isso pode ser um sonho, mas é possível. Vamos começar a praticá-lo agora. Vamos fazer um 2002 melhor, um 2003 diferente. Não vamos ficar esperando. Vamos fazer essa escola. É um sonho possível de ser realizado. Muito obrigada pela atenção.

Palavras da Sra. Heliane Alves Carvalho

É com grande satisfação que estou participando deste debate. A minha responsabilidade como educadora aumenta ao ver companheiros surdos engajados na luta em prol de uma educação especial, pois sei que temos o dever de preparar os nossos alunos surdos para serem cidadãos conscientes, críticos, autônomos e com identidades fortes, como os meus amigos presentes.

Trabalho há 11 anos na educação de surdos. Durante anos buscamos um novo caminho. Vários motivos contribuem para que esse caminho seja muito longo. Em Minas Gerais estamos vivenciando uma nova era educacional, com a proposta da construção de uma sociedade mais justa, democrática e solidária, que é a Escola Sagarana. Realizamos vários debates a respeito de nossas práticas pedagógicas. Sabemos que a nossa educação está em crise, mas também sabemos que a escola tem um papel importante no desenvolvimento do ser humano, que não aprende de qualquer forma nem de qualquer jeito.

A educação dos surdos vem oferecendo uma proposta insatisfatória, com programas reduzidos, currículos inadequados e baixa qualidade de comunicação por meio da língua de sinais. Sem uma comunicação efetiva entre professores e alunos formaremos indivíduos com baixos desenvolvimentos cognitivo, efetivo, lingüístico e, principalmente, social. Se continuarmos enraizados em uma proposta pedagógica tendo como referencial os ouvintes e uma metodologia centralizada no ensino de palavras e estruturação de frases mecânicas e no uso constante de textos confeccionados com conteúdos pouco significativos e vocabulário reduzido, estaremos desfavorecendo o processo ensino-aprendizagem, levando os surdos a intensas dificuldades na leitura labial e na simulação de compreensão durante a interação com o ouvinte, além de grandes dificuldades na leitura e na escrita.

É muito importante repensarmos as nossas práticas. O que nós, educadores, estamos oferecendo? A Escola Sagarana nos contempla com uma proposta para a formação de cidadãos críticos, conscientes e participativos, mas ainda continuamos a trabalhar com estruturação de frases, com pequenos textos, acreditando que os nossos surdos não têm condições de ter um aprendizado mais rico.

A Secretaria da Educação e os educadores estão discutindo a melhor forma para alcançarmos a inclusão. Insistimos em incluir os nossos alunos, que estudam até à 4ª série e serão incluídos a partir da 5ª série. Estamos tentando organizar essa inclusão, lutando para que essa proposta dê certo. Mas como fica a inclusão da educação especial? Será que os nossos alunos estão sendo incluídos dentro dela?

Quando iremos olhar para a base da nossa educação? Como discutir a educação se ainda vivenciamos a exclusão? É muito importante que surdos adultos fluentes em LIBRAS trabalhem em nossas escolas. Esses profissionais poderiam ser professores, pedagogos e, principalmente, serviçais. Neste ano foi dispensado um serviçal surdo de nossa escola por causa de questões legais, burocráticas. Dessa forma, vamos perdendo o que estava bom, ou seja, a participação de um surdo em nossa comunidade escolar. Os surdos poderão trabalhar em situações significativas e servirão de modelo para que as nossas crianças surdas adquiram uma qualidade lingüística, favorecendo, também, o desenvolvimento afetivo. Sem o acesso à LIBRAS, formaremos cidadãos desajustados e com graves problemas emocionais. Muitos se culpam pelo fracasso escolar, usando expressões como "sou surdo", "por que sou surdo?". Outros negam a surdez e não utilizam a LIBRAS, o que é mais complicado.

É essa a minha realidade como educadora. A maioria dos meus alunos está presente. Tenho por eles um carinho muito grande e especial. No entanto, é muito triste, em pleno 2001, com a discussão que está sendo feita na educação, ainda existirem alunos que se questionam por que são surdos, que isso é uma coisa ruim e que não aprendem porque são surdos. Estão carregando a culpa do fracasso escolar. Sabemos que essa culpa não é deles, porque são pessoas muito competentes e sabem muito bem o que fazem quando têm uma qualidade de ensino que favoreça o seu desenvolvimento. São rotulados de alunos com problemas de memória, de atenção, de abstração e com dificuldades na escrita.

Hoje a LIBRAS não é mais proibida dentro da escola. Isso representa um grande ganho. Fico satisfeita com isso. A Secretaria da Educação exige que os professores tenham um curso de LIBRAS. É outro ganho muito importante. Fizemos mais uma conquista. Mas onde está a prática, a aceitação, o respeito e o envolvimento positivo e efetivo do professor em interação com esses alunos? Ou seja, temos a lei que nos assegura, temos a LIBRAS, mas ainda temos de praticar essa língua de sinais. Aceitar a língua de sinais é praticá-la.

Precisamos admitir as nossas falhas educacionais. A questão não é romper com o oralismo e encarar o bilingüismo. Precisamos de uma ação coletiva e equilibrada, que envolva a comunidade escolar, a comunidade surda e a Secretaria da Educação. Temos propostas maravilhosas, isoladas. Não estamos discutindo essas propostas em grupo, em conjunto. Somente em conjunto conseguiremos avançar em direção a nossa meta educacional. Precisamos viabilizar uma proposta educacional justa e de qualidade, que forme cidadãos surdos, pensantes, questionadores, autônomos, e não sujeitos capazes de repetir pequenas frases ou fazer simples leitores labiais. O surdo tem o direito de pensar, questionar, interrogar e participar de assembléias como esta. Não devemos educá-lo de forma que consiga repetir somente pequenas palavras e escrever pequenas frases. Isso é pouco. Precisamos buscar mais. O tema "A Educação Que Nós, Surdos, Queremos" poderia ser substituído pelo tema "A Educação Que Nós, Surdos, Temos o Direito de Ter", porque educação de qualidade é direito de todos.

Caros colegas educadores, precisamos agir, precisamos repensar as nossas práticas e unir as nossas mãos, pois será por meio das nossas mãos que alcançaremos uma educação de qualidade para os surdos. Precisamos unir as nossas mãos, as nossas forças e reformular a nossa prática educacional. Isso é para agora, é para já. Já não podemos esperar. Muito obrigada.

Palavras da Sra. Márcia de Oliveira Campolina Chiari Campelo

Boa-tarde. É uma grande satisfação estar aqui para falar um pouco sobre o trabalho realizado pelo Instituto Santa Inês.

O Instituto Santa Inês, escola especializada para surdos, fundada pela Associação das Freiras Filhas de Nossa Senhora do Monte Calvário, funciona há 54 anos. Atualmente, atende a 228 alunos e oferece o maternal - estimulação precoce -, a educação infantil e o ensino fundamental, da 1ª à 8ª séries. A equipe é formada por fonoaudiólogos, psicólogos, assistentes sociais, médicos e professores especializados. O seu planejamento é baseado nos PCNs, com adaptações que se fazem necessárias, especialmente na área de português, aquisição da língua, principalmente a escrita. A escola utiliza recursos como vídeo, TV, TV a cabo, antena parabólica, fitas do Telecurso 2000 com edições legendadas. Recentemente, foi agraciada com um laboratório de informática, cujos computadores são ligados em rede e na Internet. Os professores estão sendo treinados para trabalhar com os computadores, como recursos em sala de aula.

Apesar de o Instituto Santa Inês vir de uma linha oralista, respeita e reconhece a LIBRAS como língua natural dos surdos; contudo, investe na oralidade, por entender ser uma opção de relacionamento social fora do convívio de pessoas surdas. Também desempenha trabalhos com novas abordagens, utilizando - especialmente com as turmas de educação infantil - a língua de sinais juntamente com outros recursos, pois o seu objetivo maior é a compreensão e a aquisição da língua portuguesa e da compreensão de forma geral.

O projeto está voltado para uma visão socioconstrutivista, em que o trabalho envolve noções de língua portuguesa, nos níveis fonéticos, fonológicos, morfosintáticos e semânticos. É um trabalho voltado para a estruturação da língua portuguesa, utilizando a língua de sinais e outros recursos que favorecem a compreensão. O vocabulário é baseado em temas centrais, que contribuem para a sua ampliação. Envolve todos os profissionais e tem como objetivo um desenvolvimento em todas as áreas de estudo, um desenvolvimento pleno de todos os aspectos pedagógicos.

O projeto ainda está no início, mas já podemos perceber melhor apropriação da língua portuguesa. Será instalado progressivamente nas demais séries posteriores. Considerando que estamos num período de transição de metodologia - atualmente, 80% dos profissionais estão fazendo o curso de LIBRAS -, isso é uma grande conquista para o nosso trabalho. O Instituto Santa Inês busca uma educação de qualidade. Para isso, a equipe vem se empenhando. Em linhas gerais, era o que tinha a dizer sobre o trabalho do Instituto. Muito obrigada.

Palavras da Sra. Rosana Mota

Boa-tarde. Foi com grande satisfação que recebemos o convite para participar deste seminário. Contarei a história dos surdos em nossa escola. O atendimento ao aluno surdo na rede pública oficial teve início em 1996, com a primeira turma de ensino médio. Hoje são três salas com alunos surdos: 5ª e 6ª séries do ensino fundamental e o 2º ano do projeto A Caminho da Cidadania. Temos em torno de 110 alunos surdos. As turmas contam com a presença de um intérprete da LIBRAS, que é encaminhado para a escola por meio da Secretaria da Educação. Conhecemos a diferença lingüística da pessoa surda. Sabemos que a língua portuguesa é a sua segunda língua. Buscamos uma educação que respeite essa diferença. As atividades realizadas em sala de aula procuram respeitá-la.

Este seminário trouxe a oportunidade de encaminharmos propostas para uma educação de qualidade para as pessoas surdas, quesito principal da Escola Sagarana. As escolas regulares que possuem salas com alunos surdos devem ter apoio quanto à avaliação do intérprete da LIBRAS, que, no momento, é a maior dificuldade na Escola Estadual José Bonifácio, cuja equipe pedagógica não se sente apta para fazer essa avaliação. Tal preocupação decorre do importante papel desempenhado por esse profissional: é a ponte entre o professor e o aluno, está todos os dias em sala de aula, vive o cotidiano da sala. Os professores devem aprender a língua de sinais para terem uma comunicação efetiva com os alunos. Isso é o ideal. Essa é a nossa reivindicação.

Conscientes de que a comunidade dos surdos luta por uma escola de qualidade, a Escola Estadual José Bonifácio, enquanto escola regular,

continuará aberta para os surdos. Obrigada.

#### Palavras do Sr. Amauri Valle do Amaral Júnior

Boa-noite, senhoras e senhores. Estou muito satisfeito com o convite que recebi. É muito importante haver sido convidado pela Assembléia Legislativa, por tudo que representa. Agradeço a presença de minha mãe e de minha avó. É uma satisfação muito grande estar aqui com a comunidade dos surdos de Belo Horizonte.

Em todas as palestras feitas por ouvintes e por surdos se falou muito sobre a inclusão social. É importante salientar que a inclusão social é diferente da inclusão educacional. As pessoas que trabalham na área da educação precisam entender que são coisas separadas e que uma será causa e consequência da outra. É muito importante falarmos em inclusão. Não podemos deixar de mencioná-la. Mas, antes de qualquer coisa, antes de falar em inclusão, teremos de falar sobre respeito. A inclusão possui raízes, depende de alguns pré-requisitos, como o respeito às diferenças dos surdos, dos cegos, dos portadores de síndromes, como a síndrome de Down, das pessoas que usam o oralismo, dos paraplégicos. Enfim, é preciso respeitar as diferenças. Temos de pensar nessas diferenças quando se trata de inclusão, porque, se essa inclusão for feita como uma normatização, estará fadada ao fracasso. A inclusão tem de ser feita de acordo com as diferenças.

A Secretaria da Educação tem um papel muito importante na discussão desse tema. É fundamental discuti-lo também nesta Casa. Precisamos trabalhar juntos. Acredito que teremos uma escolaridade muito melhor para os surdos no Estado de Minas. A comunidade dos surdos deve ser ouvida. Devemos saber qual é a educação que o surdo quer. Muitos profissionais surdos e ouvintes - já formados - estão muito próximos da comunidade. Esses profissionais devem ser escutados, tanto os surdos, quanto os ouvintes.

É muito importante que o trabalho seja feito em parceria entre a escola, a secretaria municipal, a secretaria estadual e a comunidade. Os sinais são difíceis de ser aprendidos pelos ouvintes. É muito importante que haja um modelo de surdo dentro dessa escola, para que as pessoas convivam com esse modelo e entendam o que é cultura para aprender a língua que o surdo usa.

Algumas pessoas tentam freqüentar cursos de línguas de sinais, mas não aprendem. Há surdos que não têm acesso à língua de sinais e, se tiverem alguma dificuldade emocional, não aprenderão a língua de sinais, que é muito mais que uma língua, é um anseio.

Às vezes, a escola não sabe o que traz felicidade e satisfação para o surdo. O que o surdo quer? Ele quer ser incluído educacionalmente. Ele já experimenta tantas dificuldades na sua família ou experimenta uma insatisfação tão grande, que se permitirá participar de uma escola em que esteja entre iguais. Às vezes, experimenta uma frustração muito grande na família, e outras vezes essa frustração se dá na escola.

Gostaria que os ouvintes, que a minha família, que a Secretaria Municipal da Educação, que a Secretaria de Estado da Educação não ficassem resistentes ao que estou falando. Estou falando sobre diferenças, estou falando sobre dois mundos.

Apresentarei à Assembléia Legislativa a proposta da comunidade surda, que está fundamentada em aparatos legais nacionais. Esse é o primeiro passo para o reconhecimento oficial da LIBRAS no Brasil. Sabemos que as coisas vão mudar. Em Minas, há a Lei nº 10.379, de 10/1/91. O Brasil precisa reconhecer oficialmente a língua de sinais para respeitar a comunidade surda com seus valores, sua história e a sua cultura.

Gostaria que vocês entendessem que nós, surdos, somos brasileiros e é obrigação da sociedade, do ouvinte e do surdo aprenderem o português, porque somos cidadãos brasileiros. Os professores de escola especial precisam respeitar a língua de sinais e precisam ensinar bem, através dela. Ensinar bem ao surdo a escrever português corretamente.

A luta existe, mas os bons resultados ainda não chegaram. Infelizmente, essa é a realidade dos surdos em Minas Gerais. Às vezes as pessoas não se interessam por política, acham que isso cabe a outra pessoa, mas não é bem assim. Cabe a cada um de nós, cabe à sociedade discutir a educação e a inclusão.

Gostaria de falar um pouco sobre a formação dos professores. Existem surdos formados em faculdades em Minas Gerais que já cursaram disciplina de educação especial, mas, infelizmente, não estão atuando na sociedade, estão sendo discriminados. Privilegia-se um professor ouvinte para ensinar uma determinada disciplina, em vez de um professor surdo. Precisamos estimular a entrada de instrutores nas escolas para que haja uma troca de cultura, troca de línguas de sinais, troca da LIBRAS. Precisamos aumentar os cursos de formação de instrutores e de professores que aprendam língua de sinais para melhorar a educação de surdos em Minas Gerais.

Ansiamos por uma proposta de reconhecimento do intérprete como profissional, para que exista qualidade nessa tradução e o conteúdo seja realmente repassado. Precisamos de intérpretes em repartições públicas, aeroportos, rodoviárias, hospitais, fóruns, ministérios e órgãos públicos.

Os profissionais ouvintes da área de educação às vezes aprendem a língua de sinais, mas não a usam. Os ouvintes devem usar a língua de sinais e entender que a língua é muito mais que gestos, muitos mais que sinais. É importante que os ouvintes sejam influenciados pela língua de sinais e sintam interiormente o que ela seja. Quero agradecer a atenção de todos.

#### Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente (Deputado Luiz Tadeu Leite) - A Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. Solicitamos aos participantes que sejam objetivos e sucintos.

#### Debates

A Sra. Maria Regina Paes - Boa-noite. Represento a comunidade de surdos em Minas Gerais e gostaria de dizer que há 15 anos trabalho na Clínica FONO. Essa escola trabalhava com oralismo, e era muito grande a dificuldade entre os profissionais e os surdos. Esse método não permitia boa comunicação com os surdos. Os professores de matemática e de outras matérias solicitavam a minha ajuda para que os surdos entendessem. Na Clínica Fono, quando se usava a comunicação total, os surdos ainda tinham dificuldade. Só passaram a entender melhor com o uso do bilingüismo.

O Vereador João Batista conseguiu o passe de ônibus para a clínica. Outra tecnologia, trazida dos Estados Unidos, foi o telefone para surdos. Posteriormente chegaram o fax, o celular e a Internet. Tudo isso permite ao surdo ser mais independente. Na Clínica Fono, muitas famílias são carentes, e as crianças recebem bolsa para estudar.

O Sr. Presidente - Pergunta de Patrícia Luíza Ferreira Pinto: "Como pedagoga surda, que se preocupa com a educação dos surdos e suas

implicações, pergunto por que a Secretaria da Educação dá preferência para designar pedagogos, através de contagem de tempo pelo Estado. Não tenho tempo pelo Estado, e a outra profissional, que tem oito anos pelo Estado, foi imediatamente designada. Essa profissional não sabe a LIBRAS nem educação de surdos e hoje trabalha na Escola Francisco Salles. Quem seria melhor profissional para a educação dos surdos?"

Pergunta de Andréa Nascimento Costa: "Por que ainda hoje o profissional surdo é discriminado e os salários praticados são muito baixos?"

Pergunta de Valério Alvarenga de Magalhães, representante dos pais de surdos no colegiado: "Alguns alunos que saem do primeiro ano intermediário para o ensino regular não são recebidos nas escolas que atendem às necessidades dos pais. Como fica essa situação?"

Pergunta de Maria das Dores, de Ibirité: "Preciso muito de intérprete na sala de aula, porque todos os meus professores não sabem língua de sinais. Sou surda".

Pergunta de Tarcísio, do Conselho Tutelar de Vespasiano: "Gostaria de saber das possibilidades de se levar para o nosso município um professor da língua de sinais. Há alguma entidade a que possamos recorrer?"

A Sra. Maria Stella Nascimento - Patrícia, gostaria de ter informações mais específicas sobre a sua situação. Normalmente, em se tratando de educação especial, a forma de designação é diferente. Priorizamos o profissional que esteja em melhores condições para os alunos da escola. Gostaria que você entrasse em contato conosco, na Secretaria da Educação, para que examinemos essa situação, vendo a sua definição para o ano de 2002. Se você sabe a linguagem brasileira de sinais, tem melhores condições do que a pessoa que lá se encontra e não domina essa linguagem.

Com relação à diferença salarial, a tabela de vencimento é uma só, tanto para professor efetivo quanto para professor designado. O que varia são os valores complementares por tempo de serviço ou atuação em sala de aula. No caso, a Andréa poderia entrar em contato conosco para que seja encaminhada ao setor de pagamento para ser mais bem informada.

Ao Sr. Valério tenho a dizer que procuramos atender aos alunos da maneira que lhes seja mais conveniente e onde haja professor intérprete, para que sejam bem atendidos. O senhor diz que eles não são recebidos nas escolas que atendam às necessidades dos pais, mas nenhuma escola pode recusar a inclusão de aluno. O senhor poderia entrar em contato conosco. Nosso telefone: 3379-8318 e 3379-8319.

Quero examinar a situação da Maria das Dores, porque temos de colocar um intérprete para ela. Pedirei ao Presidente que me permita levar essas solicitações. Gostaria de saber qual é a escola da Maria das Dores, da cidade de Ibirité, para atendê-la.

Quanto ao Sr. Tarcísio, do Conselho Tutelar de Vespasiano, sobre a possibilidade de levar ao município professor que domine a linguagem de sinais, se em Vespasiano houver APAE, com certeza o senhor encontrará o profissional lá. Caso não exista, o senhor pode se comunicar conosco para receber orientação.

O Sr. Presidente - Pergunta de Maria Constantina Chaves Silva: "Como você se sente na comunidade surda, como profissional, ajudando outros surdos?"

Pergunta de Lucas Brum de Martin, estudante do Instituto Santa Inês: "Essa luta pela introdução da língua de sinais também se estende até às faculdades?"

Nós, ouvintes, que conhecemos pouco sobre a língua brasileira de sinais, gostaríamos de saber se é utopia sonharmos com a possibilidade de uma língua universal de sinais, uma vez que "janela", em português, "windows", em inglês, "fênetre", em francês, têm o mesmo conceito. Se esse conceito é único para os objetos em várias línguas, não se poderia sonhar com uma língua universal? Parece que o esperanto não logrou êxito. Não seria possível pensar que toda a humanidade, que todo ser humano, independentemente de língua ou de credo, pudesse comunicar-se com uma só língua de sinais?

A Sra. Tanya Amara Felipe de Souza - A universalidade da língua é utópica. As línguas surgem a partir das culturas que a utilizam. É um produto cultural. Da mesma forma que temos o inglês, o francês, o alemão, o italiano e outras, temos várias línguas de sinais faladas pelas comunidades surdas do mundo, pelas culturas surdas. Os surdos, quando se encontram nos congressos internacionais, têm o gestuno, equivalente ao esperanto. É um tipo de comunicação mais rápida e baseada em símbolos mais icônicos, ligados à mímica, mas cada língua tem as suas regras gramaticais e a sua estrutura. É uma utopia, porque os surdos estão inseridos em culturas que definem as suas línguas.

É o mesmo que propor acabar com todas as línguas orais para ter somente o esperanto, uma língua fabricada por alguns lingüistas que tem uma aceitação, mas não caracteriza a cultura da língua. A língua é como um modelo primário. De alguma forma pensamos através da língua. Mesmo que o objeto seja "janela", "janela", "fênetre", existe um modo de ver que o caracteriza diferentemente. Os esquimós têm 43 palavras para expressar o branco, uma cultura indígena na Amazônia tem 20 palavras para o verde, porque, dentro da realidade de cada uma, é necessário o léxico para expressar a sua forma de ver o mundo. A língua é uma forma de ver o mundo. As culturas são diversificadas.

A universidade não verá o mundo de uma só maneira. Por isso, há várias línguas. No início era o verbo, depois a torre de Babel. No futuro não sei como será, mas será difícil toda a humanidade falar uma só língua, a não ser que toda a humanidade tenha uma só cultura.

Os surdos não se amedrontam em relação a ter cada cultura a sua língua. Eles gostam de ter esse contato. A língua de sinais brasileira tem as suas diferenças regionais, bem como o português. Uma tribo indígena tem uma língua de sinais diferentes da língua de sinais dos centros urbanos brasileiros.

Essa é a riqueza do ser humano. A cultura caracteriza a língua, e vice-versa. Não dá para criar uma língua de sinais universal. É bom aprendermos cada língua. Quem sabe futuramente, se houver o ensino sistemático dessa língua na universidade, façamos o livro de ensino de língua de sinais que poderá ser ensinada em todas as escolas? Quem sabe teremos o ensino da língua de sinais brasileira, como ocorre na Suécia?

Convivi com pessoas de outros países que queriam aprender a língua de sinais para se comunicar com surdos do seu país. A riqueza da diversidade é importante, porque o respeito passa pela diferença. Os surdos têm cultura diferente e línguas diferente. O gestuno não dá conta da riqueza das culturas dos surdos. Por isso, cada cultura surda tem a sua língua de sinais. Por isso, falamos português, e na Argentina, bem perto, fala-se espanhol. É a diversidade cultural.

O Sr. Cássio de Souza - Boa-noite. Minha pergunta é dirigida a Tânia. Formei-me na faculdade, passei nesse concurso de 2001, nessa seleção, mas não há vagas. Estão chamando muitos professores ouvintes. Não há vagas para surdos. Quero saber por quê.

A Sra. Tânia Mafra Guimarães - Os concursos públicos realizados para o preenchimento de 53 mil vagas do Estado de Minas Gerais não foi realizado pela Secretaria da Educação, ela apenas processou a identificação das vagas reais existentes, e o concurso foi realizado pelo Instituto Mineiro de Administração Municipal - IMAM -, que ganhou a concorrência. Tanto o concurso de especialista como o de professor tem duas fases: a primeira, teórica, e a segunda, sobre os aspectos filosóficos da educação do Estado.

Os resultados ainda não foram finalizados. Falta ainda a parte da prova de títulos. Na verdade, ninguém foi chamado ainda. No momento em que os resultados forem publicados - esperamos que isso ocorra no início do ano letivo -, você, estando classificado, e é seu direito, será nomeado.

A designação é feita mediante lista classificatória, e há em Belo Horizonte uma listagem única, que é seguida à proporção que as vagas surgem nas escolas. O pessoal que se inscreveu foi incluído nessa classificação.

O Sr. Presidente - Como o caso é muito específico, seria interessante examinarmos melhor a situação, enquanto passamos para outros casos mais simples. Logo em seguida, a senhora lhe daria a explicação.

Enquanto o caso é mais bem detalhado, vou ler a pergunta de Sandra Nascimento, dirigida à Mariane Stumpf: "Por que é difícil o trabalho para o surdo?" .

Ivanilde Ribeiro de Jesus, da Escola Estadual Maurício Murgel, solicita a seleção de intérpretes da LIBRAS que não atuam como verdadeiros profissionais, são amadores. Sugere que a seleção seja feita pela banca examinadora de profissionais surdos.

A Sra. Mariane Stumpf - Com relação à primeira pergunta, sobre o mercado de trabalho para surdos, ainda falta muito desenvolvimento nessa área. O surdo tem de se capacitar, deve ter uma escolaridade razoável, deve ter identidade, formar-se e se profissionalizar. Assim, conseguirá ser inserido no mercado de trabalho. Existe campo. Ele tem direito de participar de concursos públicos, sem se colocar numa posição de coitado. Todos temos direitos. Todos podemos lutar por isso, depende da escolaridade e da força de cada um. Não adianta dizer que é muito difícil. É difícil para todos. O mercado de trabalho é competitivo.

Em relação à segunda pergunta, vocês mesmos têm de lutar para conquistar esse espaço.

A Sra. Karin Lilian Strobel - Gostaria de complementar o que a Mariane está dizendo. O mercado de trabalho nos coloca em situações de teste. Às vezes, o chefe não nos compreende, mas às vezes o surdo não está capacitado para determinada área. Sei que, se ele estiver inserido numa empresa, achará seu caminho e não se colocará em situação de coitado. Por isso, precisamos de capacitação profissional e escolaridade.

Em Porto Alegre, a FENEIS é responsável por essa seleção para os intérpretes dentro da universidade. Existem cursos periódicos de capacitação profissional com 1.063 horas, tanto da LIBRAS para o português quanto do português para a LIBRAS. A seleção é feita por uma banca examinadora. É exigida uma escolaridade mínima. Ele não está lá dentro automaticamente. Ele precisa ter o domínio da língua de sinais e o domínio do português para se formar como intérprete. No Rio Grande do Sul, quem faz isso é a FENEIS. Existe uma banca examinadora em que os próprios surdos e os lingüistas dizem se a pessoa tem capacidade de trabalhar e se merece o certificado ou não. Esse pode ser um bom caminho para profissionalizar o intérprete em Minas.

O Sr. Presidente - Pergunta de Márcia, da Escola Municipal de Ensino Especial de Venda Nova, dirigida à Karin Lilian: "Estou muito preocupada com alunos surdos também deficientes mentais, porque a família não investe nessa educação da LIBRAS e o contato com a LIBRAS se dá apenas com a professora, que também está aprendendo. São crianças de 8 a 10 anos".

Comentário de Magda Queiroz Machado: "Gostaria que os pais ouvintes aprendessem a LIBRAS para se comunicarem com os surdos".

A Sra. Karin Lilian Strobel - Quero falar novamente sobre o impacto do diagnóstico. É difícil aceitar o filho surdo. Se a família aceita esse filho, ele se desenvolverá. A família tem de assumir a língua de sinais. Se ela não assumir, a escola precisa orientá-la. É importante que a família tenha esse tipo de informação. Precisa da orientação do pedagogo, do psicólogo, dos profissionais da área para que se desenvolva através da língua de sinais. Mas isso só é possível se existir a aceitação dessa língua de sinais. Assim, essa pessoa surda poderá desenvolver-se.

Antes de tudo a família precisa assumir o filho surdo. É muito importante.

O Vereador Márcio de Souza - Boa-noite. Falou-se em educação especial, mas ela é cara. É tão cara quanto a democracia, que é uma das formas de poder mais complicadas, mas é a única que deu certo. É necessário investir na educação especial, porque a base de tudo é a educação. Se investirmos na criança surda, na criança cega, ela será um cidadão contribuinte amanhã, podendo participar e se integrar no mercado de trabalho. Gostaria de saber da Diretora de Educação Especial qual o projeto de educação especial para as cidades mais longínquas do Estado de Minas Gerais, com 3 mil a 5 mil habitantes, porque não existe nenhum projeto nesse sentido. E chamo a atenção dos Deputados, para que isso encontre eco nesta Casa e sejam viabilizados projetos, para que, nos cursos acadêmicos, os professores saiam formados, tendo o aprendizado da escrita em braille e a LIBRAS. Já não é possível convivermos com o fato de que só as entidades representativas e assistenciais se organizem e viabilizem cursos como esse. Um mês atrás recebi uma psicóloga que queria atender a uma criança surda que estava com dificuldades de aprendizagem, mas não tinha condição de atendê-la porque não possuía o curso de sinais. E a nossa associação viabilizou esse curso.

Temos em Barbacena o Centro de Educação Especial Maria do Rosário, e são três os centros existentes em Minas Gerais. Esse centro foi criado para que pudéssemos ministrar cursos para os professores das cidades pequenas da região. Isso não ocorre hoje; é muito sério. Faço um apelo ao Secretário da Educação, Murílio Hingel. As informações que tenho são que os três centros são tratados como as 3 mil escolas existentes em Minas Gerais. A piscina está com suas placas danificadas, os banheiros estão danificados, oficinas estão sem condições de trabalho. É fundamental que haja essas escolas e centros regionais para levar a língua de sinais e o aprendizado da escrita em braille aos professores simples das cidades pequenas. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Antes que a Prof. Tânia responda ao Vereador Márcio, de Barbacena, que nos honra com a sua presença e participação, queríamos passar algumas perguntas para a Profa. Tânia Mafra Guimarães. Rodrigo Malta pergunta: "Fineza esclarecer se a política estadual torna obrigatória ou facultativa a prática da educação física nas escolas especiais, já que nas escolas voltadas para os alunos surdos quase não existe, dificultando assim o desenvolvimento e o aprendizado dos surdos". A Luana Cristina, da Escola Francisco Sales, pergunta: "Por que a inclusão nas escolas regulares, se eles não estão preparados?". Talvez essa mereça uma melhor interpretação. Jaqueline Silva Gonçalves: "Moro e estudo em Ibirité e preciso muito de intérprete na sala de aula. Os professores não sabem a LIBRAS". Parece que essa pergunta já foi respondida. A pergunta de Cleonice Rocha Dias também é relativa a intérprete em Ibirité. Da PBH, professora de sala de recursos: "A Secretaria da Educação já disponibiliza representantes para bancar discussões nas escolas do terceiro ciclo e do ensino médio, com a finalidade de garantir a mais verdadeira participação possível de alunos que estão iniciando o seu processo de leitura e escrita? Em caso positivo, favor fornecer referência de pessoas e telefones". Rejane Amanda, da Escola Municipal Paulo Mendes Campos: "Quero pedir à diretoria do Instituto

Pestalozzi, 1º turno, 2º turno, noite, 1º grau, 2º grau, até agora não teve todos os pedidos..." Não entendi a pergunta. Tio de aluno deficiente auditivo do Arthur Versiani, Benício da Silva Gusmão Júnior: "Especificamente em Minas, quais são as novidades em relação à inclusão dos deficientes auditivos em escolas regulares e ao aumento de vagas para alfabetização deles? Quais são os projetos nessa área?".

São várias perguntas, Profa. Tânia. É porque estamos um pouco preocupados com o horário, já estamos fora da previsão do término desta reunião.

A Sra. Tânia Mafra Guimarães - Sobre a primeira questão, a respeito da educação física, ela é obrigatória em todos os níveis. E agora, nós, da Secretaria da Educação, encaminhamos sete professores ao MEC para fazerem um curso de Educação Física adaptada. Estiveram lá durante determinado tempo, e vão repassar aos professores das escolas regulares e das escolas especiais como trabalhar com o aluno. Acho que essa questão é bastante pertinente.

"Por que ainda a inclusão nas escolas regulares se não estão preparadas?" É justamente do que tratei na minha fala inicial. A inclusão deve ser planejada, gradativa e contínua, sendo necessário que a escola especial e a escola regular se vão adequando à nova realidade. Agora, enquanto diretoria, estamos preocupados com essa questão.

Quanto à questão dos intérpretes, teríamos que ver de onde as pessoas são para tentarmos viabilizar isso.

Quanto à outra pergunta, da professora de sala de recursos da PBH, gostaria que ela entrasse em contato conosco para darmos maiores informações e verificarmos o que está querendo especificamente. Ela poderia entrar em contato com a Diretoria de Educação Especial. O telefone é 3379-8224.

Não entendi a pergunta da Rejane Amanda dos Anjos. Talvez ela me explicasse melhor, pois não entendi o que ela quis dizer.

"Especificamente em Minas Gerais, quais são as novidades em relação à inclusão dos deficientes auditivos nas escolas regulares?" Estamos começando a trabalhar a questão da inclusão. Fizemos este seminário inicial, já estamos trabalhando em termos do curso de LIBRAS e vamos providenciar todo um processo de inclusão, bem-trabalhado e com qualidade.

A questão do Arthur Versiani é da Prefeitura, e isso já está ocorrendo lá.

O Sr. Presidente - Há uma indagação para a Profa. Maria Stella: "Como podemos falar de uma inclusão verdadeira se os surdos não tiveram condições diferenciadas no concurso da Secretaria da Educação, como a colocação de intérprete da LIBRAS nas provas? Vale ressaltar que foram muitos os surdos prejudicados por não terem essas condições diferenciadas. A comissão organizadora do concurso teima em não colocar intérprete da LIBRAS, apesar do aviso. Qual seria a posição das Sras. Tânia e Maria Stella em relação a esse caso?". Pergunta de Patrícia Luíza Ferreira Pinto, pedagoga, e da Pastoral dos Surdos da Arquidiocese de Belo Horizonte, de Maria Barbosa Coelho da Silva: "Como será assegurada a contratação do profissional surdo? Qual o critério que existe para evitar isolá-los em escolas de ouvintes e assegurar instrutor de surdos para os profissionais e alunos também na sua iniciação?". Querida que a senhora esclarecesse também aquele episódio que o rapaz teve que trazer pessoalmente.

A Sra. Maria Stella Nascimento - O rapaz trouxe aqui a classificação dele para fins de designação em escola de educação especial como professor de História. Ele é o primeiro classificado. Pedi a ele que me procurasse na Secretaria porque vou levá-lo ao setor competente. Esse assunto não é da minha área, mas faço questão de levá-lo aonde as designações são processadas, porque suponho que possa ter havido a divulgação da vaga e que ele não tenha tomado conhecimento. Entendo que, em se tratando de um professor que é portador de necessidade especial, esse tipo de comunicação teria de ser feito de tal forma, que ele pudesse ter tido acesso a ela com a necessária rapidez.

Maria Barbosa Coelho da Silva, da Pastoral dos Surdos da Arquidiocese de Belo Horizonte, quer saber como será assegurada a contratação de profissional surdo e qual o critério para evitar isolar este em escola de ouvintes e assegurar instrutor de sinais - essa deve ser uma segunda solicitação - para profissionais e alunos também na sua iniciação. Se você observar, Maria Barbosa, a classificação de professor para lecionar em escola de educação especial é feita separadamente. Em hipótese alguma a Secretaria poderia colocar um professor surdo numa sala de alunos ouvintes. Seria prejuízo para ambas as partes. Quanto à outra parte: assegurar instrutor de sinais para profissionais e alunos também na sua iniciação, a Profa. Tânia já deu a explicação, e nós também já dissemos que a Secretaria está, junto com Prefeitura, capacitando professores em linguagem de sinais, assim como está capacitando instrutores também para atuarem nessas salas.

Patrícia Luíza Ferreira Pinto, pedagoga, da Associação de Surdos de Minas Gerais, quer saber como se pode falar de uma inclusão verdadeira se os surdos não tiveram condições diferenciadas no concurso da Secretaria da Educação, como a colocação de intérprete da LIBRAS nas provas. Ressalta ainda que foram muitos os surdos prejudicados por não terem essas condições diferenciadas. A comissão organizadora do concurso teima em não colocar intérprete da LIBRAS, apesar do aviso. Ela pergunta qual seria a nossa posição a respeito. É o seguinte, Patrícia: primeiro, o concurso foi terceirizado. A Secretaria apenas fez o levantamento e a identificação das vagas reais, como já disse, e o concurso foi realizado pelo Instituto Mineiro de Administração Municipal - IMAM -, que ganhou a concorrência. A realização desse concurso se fez por escolha de agência mediante edital público.

As provas, pelo que sei, são autodirigidas. O candidato tem no próprio texto todas as informações necessárias; contudo, pode ocorrer, sim, que precisem de uma explicação, concordo com você. E, no caso, se não há um intérprete da LIBRAS, ele ficaria prejudicado, como você disse. Já conversei com o Presidente, estou levando essas questões que nos foram encaminhadas e vou encaminhar esta diretamente ao pessoal da Secretaria que acompanha a realização dos concursos.

Entendo essa questão como igualdade de oportunidades, e, segundo o princípio da equidade, esse intérprete teria de ser colocado, ainda que esses candidatos pudessem ou devessem estar fazendo a prova junto com todos em um ambiente separado. Não posso afirmar, mas ocorre-me aqui que possam ter imaginado a possibilidade de o intérprete estar respondendo a perguntas. Mas não acredito nisso. Vou levar a questão à comissão, que precisa tomar conhecimento disso, porque não foi correto.

A Sra. Tânia Mafra Guimarães - Querida fazer uma pergunta a Patrícia. Quando se inscreveu, você fez o pedido do professor intérprete? Existe a legislação que te dá direito a ela.

A Sra. Patrícia Luíza Ferreira Pinto - Pedi, e outros surdos também pediram antes, quando fizemos a inscrição, mas não adiantou. Querida aproveitar para falar sobre o seminário Sociedade Inclusiva, que ocorreu na PUC. Falei que participaria, conversei com o Secretário Adjunto Agamenon. Disse que precisava de intérprete, que os surdos precisavam de intérprete na prova. Avisei algum tempo antes, até pessoalmente, além de ter feito a inscrição. Disseram para não me preocupar porque haveria intérprete, mas que o surdo precisaria dominar o português. Está certo, sabemos o português, mas, se o professor ouvinte não sabe a LIBRAS, ele não precisaria do domínio dessa linguagem para ser designado para uma escola especial, como, por exemplo, a Francisco Sales? É a mesma coisa. Fazendo uma comparação, o professor ouvinte precisaria dominar a LIBRAS também. No domingo passado, muitos surdos ficaram prejudicados porque não tinham intérpretes. Ficaram

realmente perdidos, poderiam ter tido domínio do conteúdo. O surdo domina bem a língua de sinais, mas às vezes tem dificuldades com o português. E o intérprete é profissional, é neutro, não ajudaria respondendo a perguntas.

Farei a prova da segunda etapa. O cargo a que concorro é o de Analista de Educação, e gostaria que houvesse intérprete. Por isso, estou avisando com bastante antecedência. Já o fiz na primeira etapa, e não tive intérprete. É realmente o meu último pedido: por favor, preciso de intérprete.

A Sra. Maria Stella Nascimento - É absolutamente procedente a solicitação de Patrícia. Comunicaremos o fato à comissão do concurso, para que o intérprete esteja presente.

O Sr. Ernesto Bento e Silva - Tudo que a Mariane falou sobre educação, sobre sonhar, sobre mudar, é muito importante. Sentimos que a mudança já deveria ter ocorrido há mais tempo e temos procurado dar cursos de capacitação profissional e informática para os surdos, mas falta a base para essa capacitação porque falta escolaridade. E percebemos que isso passa pela falta da língua de sinais. É difícil acompanharmos essa evolução tecnológica sem uma base. Por isso é muito importante que a educação do surdo evolua. Era essa a mensagem que gostaria de deixar para a Assembléia Legislativa e para a Secretaria da Educação.

O Sr. Presidente - Há uma pergunta do Mancini Araújo, dirigida ao coordenador deste debate: "Por que as TVs mineiras não colocam intérpretes da LIBRAS em toda a programação, inclusive noticiários nacionais? São excluídos!". Quero responder que pesquisamos essa questão, e já existe uma lei que obriga as emissoras oficiais do Estado a colocarem o intérprete da LIBRAS em toda a sua programação. Em Minas, percebemos que apenas em um noticiário há a interpretação da LIBRAS, o que já é uma evolução. Quanto às emissoras particulares, privadas, parece-me que isso careceria de uma norma federal, porque a legislação sobre comunicações no Brasil é da esfera federal. Levaremos a sugestão a um congressista, talvez um Deputado Federal, para darmos um encaminhamento a essa questão.

Já são 18h20min, e ainda há dezenas de perguntas, mas não haverá tempo suficiente para todas serem respondidas. Queremos registrar as perguntas de Sheila Costa, de Contagem; Vera Lúcia Teixeira Maia, Marli Xavier Stanislaw, Maria Cristina Lopes Martins e Maria Auxiliadora Santos Menezes Pinto, da Sociedade dos Surdos de Belo Horizonte; Luciane Maria de Menezes; Sato Suenaga Júnior, da Associação dos Surdos de Minas Gerais; Argemiro Pereira do Vale Filho, do Instituto Santa Inês; Jaqueline Silva Gonçalves, de Ibitité. Vou transferir as perguntas que não responderemos de público ao setor competente, para que haja o encaminhamento da resposta.

A última pergunta está endereçada ao Amauri Valle e parece que resume o sentimento que hoje todos vivemos nesta tarde. É por isso que lhe peço que responda talvez em nome de todos aqueles que sofrem discriminação. A pergunta é de Isaura Aparecida da Silva Rosa, da Associação dos Surdos de Minas Gerais: "Querida saber por que as pessoas normais desprezam os deficientes. Mas nós, surdos, não desprezamos. Gostaria que existisse lei para as pessoas que desprezam os deficientes". A resposta está a cargo do Amauri Valle, e tenho a certeza de que é a de todos vocês que militam nesse movimento.

O Sr. Amauri Valle do Amaral Júnior - Querida dizer a vocês, quanto a essa pergunta sobre discriminação, que isso não faz sentido, somos iguais, surdos e ouvintes. Quem despreza quem, quem discrimina quem? Essa é a minha forma de pensar e sentir. O que existe é falta de reconhecimento, de informação. Acredito que essa informação também falte nas escolas, por exemplo. Se, na escola, os profissionais realmente tivessem fluência em língua de sinais, com certeza não existiria discriminação, não existiria desprezo. A minha resposta é essa, acho que a chave está nas escolas. Infelizmente, os surdos estão privados de informações. Quando tivermos maior reconhecimento e a sociedade possuir melhor informação, seremos tratados igualmente, surdos e ouvintes.

O Sr. Antônio Mário - Boa-noite, já passa das 18 horas, e estou surpreso pela proporção do evento. Algumas pessoas já são nossas parceiras, e estamos nos reencontrando aqui. Mas, ouvindo essas perguntas, fiquei pensando na minha história, no começo da história da federação, quando existia uma barreira muito grande entre a comunidade, a FENEIS e o MEC. Foram 14 anos de luta, e agora, como Presidente da FENEIS, conseguimos vencer essa barreira e desenvolver um trabalho de parceria com o MEC e com as secretarias. Acredito que conseguiremos um futuro bem mais promissor para os surdos. Infelizmente, estamos vendo coisas que ainda ocorrem, como a falta de intérprete, problemas na designação do professor surdo, mas o que falta é todos se engajarem nessa luta. As pessoas que estão aqui são atuantes e podem nos representar junto aos órgãos competentes.

A dificuldade com o português, as dificuldades que ocorrem nos cursos de capacitação profissional não ocorreu só em Minas, é uma coisa geral, infelizmente. E muitas vezes isso ocorre porque o surdo não tem escolaridade compatível com os seus concorrentes em concursos. Temos visto que o movimento tem crescido, no Sul e em outros lugares, como vocês viram. Acredito que não é um movimento só de surdos ou só de ouvintes. É construindo juntos que vamos conseguir.

O Sr. Presidente - Quando tivemos a idéia de trazer este debate para esta Casa, não imaginávamos, por mais otimistas que fôssemos, que haveria essa presença tão espontânea, tão entusiasta, discutindo-se um tema que jamais havia sido trazido a esta Casa da forma como veio, com expositores de mais alta competência, com pessoas que têm conhecimento na área, neste Estado, cada uma demonstrando o que está fazendo, e, principalmente, que estaríamos tomando conhecimento dos direitos, das condições de trabalho e lutando contra a discriminação. Tudo o que foi levantado hoje aqui é que tornou possível esta Casa ter uma das tardes mais fecundas, mais edificantes dessa história. Sinceramente, esta Assembléia Legislativa, que é do povo, teve hoje uma demonstração da maior significação. Vale a pena manter um parlamento que se abre, que se coloca à disposição de todos os segmentos discriminados, como no caso dos surdos. Quero terminar este debate agradecendo a presença de todos, das autoridades, dos ouvintes, dos surdos. Gostaria de ler este texto do psiquiatra norueguês Terje Basillier, que está estampado neste cartaz. Aproveito para lembrar às pessoas que desejarem o atestado, para que não recebam falta em sua escola, que ali atrás há um setor que fornecerá o certificado de participação a todos. O texto que mencionei diz o seguinte: "Quando eu aceito a língua de outra pessoa, eu aceito a pessoa... Quando eu rejeito a língua, eu rejeito a pessoa, porque a língua é parte de nós mesmos... Quando eu aceito a língua de sinais, eu aceito o surdo. Nós não devemos mudá-lo, devemos ensiná-lo, ajudá-lo, e é importante considerar que o surdo tem o direito de ser surdo". Nesta tarde, em que discutimos esses assuntos, esse trecho me parece muito atual e oportuno.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos aos ilustres expositores, às demais autoridades e aos participantes, bem como ao público em geral, pela honrosa presença e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião extraordinária de amanhã, dia 11, às 9 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária da mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição do dia 11/12/2001). Levanta-se a reunião.

ATA DA REUNIÃO SOLENE, EM 20/12/2001

Presidência do Deputado Antônio Júlio

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Declaração de encerramento - Suspensão e reabertura da reunião - Ata.

## Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Álvaro Antônio - Adelino de Carvalho - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Anderson Aduino - Antônio Andrade - Arlen Santiago - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - José Milton - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Pastor George - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Navarro Vieira

## Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Às 22h30min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

## Ata

- O Deputado Álvaro Antônio, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

## Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião solene ao encerramento da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 14ª Legislatura.

## Declaração de Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir, de pé, a declaração de encerramento desta sessão.

"Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, declaro encerrada a 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 14ª Legislatura".

## Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 5 minutos, para a lavratura da ata da reunião. Estão suspensos os nossos trabalhos.

## Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião.

## Ata

- O Deputado Álvaro Antônio, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião, que é aprovada sem restrições.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 2/1/2002, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, 1.576, de 15/12/98, e 1.993, de 20/2/2001, e a Decisão da Mesa de 28/11/01, observada a estrutura estabelecida pela Deliberação da Mesa nº 2.186, de 2001, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete da Deputada Elaine Matozinhos

exonerando Sérgio Anselmo Gonçalves do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

nomeando Silvana Wolff para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas.

#### TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Digitécnica Equipamentos e Serviços Ltda. Objeto: aquisição e instalação de um "no break". Dotação orçamentária: 11 01.031.101.4 -123.0001 4120 (401). Vigência: 24 meses, a contar da data da assinatura. Licitação: Convite nº 37/2001.

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2001

Convite nº 56/2001

Em 16/1/2002 - Objeto: contratação de empresa, pelo período de 12 meses, para o fornecimento de diversos livros para a Biblioteca Camilo Prates - Licitantes habilitadas: Livraria Mandamentos Editora Ltda., Livraria e Distribuidora Mente Sana Ltda. e Livraria Del Rey Editora Ltda. - Licitante inabilitada: Frater Livros Ltda.

## AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2001

Concorrência nº 3/2001

A Comissão Especial de Licitação da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais comunica aos interessados que o Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas, CONRERP -, 3ª Região, sugeriu à ALEMG alterações no edital da concorrência em epígrafe, especialmente no que se refere à necessidade de inscrição das licitantes no referido Conselho, sugestões que não foram acatadas por esta Comissão, que encampou as razões apresentadas pela Diretoria de Comunicação Institucional - DCI - desta Casa. O requerimento apresentado e as razões da DCI encontram-se à disposição dos interessados.

Comunica, ainda, que a empresa RC Comunicação Ltda. pediu esclarecimentos sobre a maneira de se dar cumprimento ao subitem 3.1.10.1 do edital e que os esclarecimentos prestados por esta Comissão também estão à disposição dos interessados no 14º andar do Ed. Tiradentes, localizado na Rua Rodrigues Caldas, 79, Bairro Santo Agostinho.

Finalmente, comunica que estão também a disposição dos interessados esclarecimentos prestados à licitante Libra Comunicação Ltda., relativos ao subitem 3.1.14 do edital.

Eduardo de Mattos Fiuza, Presidente da Comissão Especial de Licitação.